

## **CAMINHOS E DESCAMINHOS DE UMA IDEOLOGIA: O MARXISMO NA UNIVERSIDADE**

José Arthur Rios

### **1. Introdução**

A muitos poderá parecer esdrúxulo que se revolvam cinzas de uma época, por tantos esquecida e rejeitada, de qualquer forma ultrapassada, e se alimente a pretensão de retratar a trajetória do Marxismo na Universidade brasileira.

Levou-nos a tanto a impressão de que essa fase não foi ainda superada nos escaninhos de nossa inteligentsia, e depois porque a marca da foice e do martelo não se apagou de todo nas epidermes coriáceas de alguns sobreviventes. Se o Marxismo como teoria e doutrina pereceu soterrado nos escombros do Muro, ficou a solidariedade, secreta ou aparente, dos seus corifeus, afinidade tribal ou comichão que os mantêm, mutuamente prestigiados e unidos, em livro e jornal, em associações e conferências, sobretudo nos corredores e auditórios das nossas Universidades.

Ao historiador do pensamento, ao sociólogo das idéias e saberes, ao simples curioso — não deixará de intrigar, primeiro, a penetração em nossos meios universitários, da ideologia marxista; e, depois, sua obstinada permanência, sob tantos avatares, no cotidiano de nossa academia. Como tal aconteceu? Quais os antecedentes e os caminhos dessa poderosa influência?

Igual perplexidade teve-a o Professor Mircea Buescu, ao constatar o fascínio do discurso comunista de 1917 a 1990. (1) Fiado em Schumpeter, aventou a hipótese de se tratar mais de religião, das

que prometem o paraíso na Terra; e, que, na esteira do Positivismo, juntava à fé a crença na ciência. A extinção da fome seria buscada, não pelo amor, mas pela luta de classes. Sobre isto, o clima dos dois *après-guerre* — tanto o dos anos 20 como o dos anos 40 teria contribuído a motivar nas elites dirigentes e pensantes um tipo de reação antiliberal e anticapitalista.

Renunciamos, desde logo, a traçar o roteiro dessa influência no campo vasto da intelectualidade brasileira; ou mesmo, nos entrechoques da vida político-partidária. Nosso campo de eleição é a Universidade, onde passamos boa parte de nossa vida e pudemos conhecer, de perto, o estranho fenômeno que pretendemos retratar e que, de certa maneira, como a muitos, nos vitimou. Outros, de maior valor, tentaram descortinar panoramas mais amplos: Vamireh Chacon, Wilson Martins, Antonio Cândido, Leandro Konder tentaram balizar a marcha da idéia marxista na inteligência brasileira, como o acidentado, tortuoso, às vezes torturado caminho do socialismo marxista em nossa vida política. Outros, curiosamente, o ignoraram — como Fernando de Azevedo e João Cruz Costa. Nosso propósito, mais modesto, é a caminhada marxista nas mentes universitárias, nos cursos, currículos e programas das disciplinas acadêmicas, sobretudo nas Faculdades e Departamentos de Ciências Sociais.

Como pôde o Marxismo propagar-se na Universidade brasileira, implantar-se de forma tão duradoura, ganhar tanto prestígio e por tanto tempo?

Tendo vivido e sofrido ao longo de minha carreira universitária alguns episódios dessa fascinante peripécia intelectual, enquanto não vem o estudo definitivo sobre o tema, tentei, para benefício de curiosos, sem ambições de cronista ou historiador, retrazar suas principais etapas.

Limitei-me, principalmente, à minha seara — ao campo das Ciências Sociais, sobretudo da Sociologia, abandonando apenas mais hábeis e competentes, outros campos como a História, a Geografia, a Pedagogia, a Lingüística, etc., que tampouco ficaram imunes a essa poderosa influência.

O período ditatorial e suas intervenções policiais na Universidade parece que inibiram a pena dos historiadores desses eventos, receosos da suspeita de adesismo ou direitismo. Hoje essas dúvidas não têm mais razão de ser, e o debate em torno da validade

do “golpe de 64” é ocioso. Ademais, apesar das derrotas políticas sofridas, o Marxismo ainda revela vitalidade, reencarnando, sob outros rótulos, em novos Partidos e ideologias.

Encaramos aqui o Marxismo como *ideologia*, ou seja, um instrumento de compreensão e reprodução da realidade, que busca traduzi-la basicamente em conceitos, mas voltado para a ação e, acrescentamos, para a conquista do Poder. Nisso coerente com a frase famosa de Marx — queixoso de que os filósofos se preocupavam em interpretar o mundo quando era mister mudá-lo.

Foi Mannheim quem, talvez em vão, demonstrou que a doutrina marxista não escapava, pelas suas próprias premissas, a uma análise ideológica e até podia ser encarada como utopia. (2)

O que pretendemos acompanhar, no caso da Universidade, são os avatares da ideologia marxista — não as teorias de Marx, assaz criticadas — e tentar entender sua dominação em alguns *campi* universitários, como verdade incontestada.

Nesse rio amazônico joram muitos afluentes: o oportunismo populista, as libertações salvíficas de alguns clérigos inquietos, delirantes movimentos estudantis, centros de cultura popular financiados pelo Governo, ninhos de tecnocratas como o ISEB e, finalmente, Faculdades, Departamentos ou disciplinas universitárias que gestaram e nuclearam a propagação da doutrina.

Sucintamente, tentaremos analisar a contribuição de cada qual ao charivari do marxismo universitário.

## I

Para entender essa força de penetração nos meios universitários é preciso compreender a própria Universidade. Surgiu, primeiro, como produto das oligarquias familistas que governaram o país até os anos 30. Mais adiante, com a urbanização e a indústria tornou-se uma instituição de classe média, reproduzindo suas fraquezas e frustrações. (3) Conservou, todavia, da primeira fase, o estilo personalista, autocrático e vertical no relacionamento entre autoridades, docentes e alunos — estilo cada vez mais incompatível com a mudança que o país então atravessava. Antes da grande abertura dos anos 70, a principal função da Universidade, tal como encarada por seus dirigentes, era formar profissionais, educar uma elite, e esse foi, por

muito tempo, o sentido da palavra “democratização”. No meio tempo, o hiato entre a nova composição da sociedade e os valores oligárquicos só fez aumentar — fenômeno generalizado a toda a América Latina.

O descompasso entre o crescimento da população universitária e a expansão do mercado de trabalho qualificado, em tempos de Juscelino, agravou a inquietação dos jovens e as tensões internas do mundo acadêmico. Esses fatores levariam necessariamente a uma esquerdização — não necessariamente ao predomínio da Esquerda marxista. Foi, no entanto, o que aconteceu pelo acionamento de uma máquina de conquista do Poder por uma minoria atuante, usada pelo jacobinismo, desde o século XVIII, nas “sociedades de idéias”, na Rússia, em 1917, Lenin.

Podemos afirmar que a Universidade brasileira dos anos 60 e 70 foi o campo de experiência desses processos muito bem descritos pelo historiador Augustin Cochin em obra só recentemente redescoberta e valorizada pela moderna análise das revoluções.

Na realidade, tudo isso pouco tem a ver com o Marxismo como teoria — ou com qualquer de suas modalidades. O ativismo revolucionário, entre nós, empalmou as idéias de Marx pelo seu conteúdo subversivo pouco se lhe dando se cabia ou não na propalada “realidade brasileira”, tema, na época de farta literatura. O Marxismo e seu jargão serviu, antes, de pretexto para expressão de frustrações e perdas das camadas médias, das quais derivava a grande maioria dos estudantes. Sob essa luz, o clamor pela reforma da Universidade foi geral em toda a América Latina, como nos países do Terceiro Mundo. Desde as primeiras décadas do século, a educação oferecida pelas Universidades era capitulada de elitista e, como tal, insatisfatória para as camadas médias.

Nesse processo, as Ciências Sociais passaram a ganhar importância, — como técnicas de descoberta do mundo, elementos da nova cosmovisão, ferramentas imprescindíveis na ascensão dessas camadas sociais emergentes. Timothy F. Harding mostrou que, entre 1957 e 1964, o percentual dos estudantes que afluíam para Medicina e Direito como o dos que se matriculavam em Agricultura, diminuía. Cresciam, ao contrário, as percentagens — de 6% a 14% — dos que buscavam as Ciências Sociais, sobretudo, Economia. O sociólogo colombiano Orlando Fals Borda atribuiu essa mudança, do ponto de vista da América Espanhola, a uma crescente secularização de valores,

parte do amplo processo de modernização das sociedades latino-americanas. (4) Se isso é verdade além dos Andes, em sociedades tradicionais de acentuado pendor clericalista, o mesmo não se pode afirmar do Brasil, em que a família e o familismo foram as forças dominantes da nossa formação, muitas vezes subordinando socialmente a Igreja ao clã familiar e a seus ditames. (5)

De toda maneira, aqui como lá, houve uma sintomática reação conservadora, dentro e fora da Universidade, contra a expansão das Ciências Sociais, sobretudo a Sociologia, amiúde confundida com Socialismo. Essa resistência à função crítica da ciência de Comte levou a uma ciência “batizada”, limitada cautamente ao estudo superficial da doutrina da Igreja, destituída de qualquer formação empírica e identificada falsamente com uma espécie de moral social. (6)

A introdução das Ciências Sociais no currículo universitário foi uma exigência dos tempos, das novas necessidades e imperativos criados pela industrialização e a urbanização. Haja vista que a primeira experiência séria de aclimação delas entre nós ocorreu em São Paulo, na Faculdade de Filosofia da USP e na Escola Livre de Sociologia e Política, sob o influxo de Roberto Simonsen e da Federação das Indústrias. Fez-se sob o signo do pragmatismo americano representado na figura de Donald Pierson, sociólogo de Chicago. Enquanto isso, no Rio de Janeiro, predominava a influência positivista, francesa e durkheimiana, nos cursos de Direito, e na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1939, pelo Ministro Gustavo Capanema, com a finalidade específica e modesta de formar professores. Fazia parte de um monstrego, a Universidade do Brasil, não por acaso, à sombra do Estado Novo. Destinava-se a fixar os padrões do ensino superior e, no pensamento do Ministro Capanema, devia ser “uma instituição total e unânime”.

Em 1940, os estudantes universitários eram apenas 21.255, numa população de 60 milhões. O que se chamava, então, Universidade, consistia em uma reunião de autarquias docentes, confederadas apenas no nome. O Decreto 19.851, de 1931, a chamada “Lei das Universidades Brasileiras” determinava o contorno da instituição universitária a partir de um núcleo de três unidades de ensino superior, escolhidas entre Direito, Medicina, Engenharia, Educação, Ciências e Letras.

Em 1960, já tínhamos 70 milhões de habitantes e mal atingíamos 100 mil estudantes no ensino superior. No ano de 1966, em 90 milhões eram 185 mil — representando um acréscimo, sobre os dados de 1940, de 339%. (7)

Em 1971, em pleno debate da reforma universitária, um eminente reitor podia escrever:

*A exiguidade dos recursos agrava todos os nossos problemas educativos. A frase é acaciana, mas se põe como a premissa maior do silogismo reformista. Tempo integral, educação exclusiva, obrigatoriedade de frequência, gratuidade de ensino superior, autonomia administrativa, cursos paralelos, restaurantes estudantis, melhores laboratórios, implantação de unidades — tudo esbarra na escassez fundamental de recursos, enganchados nas medidas governamentais de contenção e desinflação. E, de pernas amarradas nos orçamentos, pergunta-se porque a Universidade não corre. (8)*

A situação pouco mudou, impasse típico daqueles que o Esquerdismo gosta de explorar, sabendo da impossibilidade de sua solução a curto prazo.

Propagou-se a convicção de que a Universidade, além de competências, teria de criar empregos. Partia-se da idéia de uma perfeita adequação entre curso superior e mercado — que não existe, entre outras coisas, porque o ensino superior, de sua natureza seletivo, jamais poderá competir, nessa função, com o ensino médio e acompanhar as flutuações de uma economia em expansão. Tudo isso, nesses anos críticos, transformava a Universidade em vasta panela de pressão.

Nos anos 50, dourados segundo alguns, a instituição universitária entrou em cheio na polêmica do desenvolvimento, virou presa fácil dos ideólogos de Esquerda. Tornou-se comum dizer que representava uma “cultura ornamental e reflexa”. Falava-se em “casta ou estamento professoral”. Foi então que espíritos ardentes descobriram a luta de classes dentro do *campus*, sua submissão ao capital estrangeiro e aos agentes do Imperialismo. A academia seria, ela própria, agente de alienação. Confundia-se espírito crítico com politização.

Esses chavões marxistas não eram brandidos apenas por estudantes "incientes" mas por professores que não se pejavam de tentar coagir ou intimidar colegas quando esposavam pontos de vista contrários aos seus.

Nessas refregas, os cursos de Ciências Sociais constituíam trincheira viva onde se feriam os mais acesos combates ideológicos. Seus departamentos eram, na mesma medida, o alvo preferencial das Esquerdas marxistas.

Vamireh Chacon, ao traçar a história da nossa evolução sociológica, distinguiu dois marxismos — um confessional, militante e partidário e outro “metodológico, difuso, permeando muitas correntes.” (9) Foi este, em nossa opinião, que predominou nos Departamentos universitários. Vírus atípico, por isso, mais difícil de caracterizar e combater.

Ninguém podia prever, no começo do século, essa virulência. Quem primeiro citou Marx no Brasil, segundo Silvio Romero, foi o fundador da “Escola teuto-sergipana”, Tobias Barreto. No discurso de colação de grau dos bacharéis de 1883. “Karl Marx” perorava, “diz uma bela verdade quando afirma que cada período evolutivo, logo que passa de um estágio a outro, ele começa também a ser dirigido por leis diferentes. A questão cardeal do nosso tempo não é política nem religiosa, é eminentemente social e econômica.” (10)

Inaugura Tobias a vertente dos professores marxistas à qual se filiaram, nos idos de 30, Leônidas Rezende, Castro Rebello e Hermes Lima. Este, aliás, fez questão de frisar:

*Nunca fui marxista no sentido político, leninista do termo. Não penso que o Estado como relação de comando e obediência, como instrumento de ação social coercitiva dirigente, venha a desaparecer...mas o Marxismo é chave indispensável para a análise e compreensão da Vida em Sociedade, o mais apropriado dos métodos para inserir a Razão no contexto da História. (11)*

Outro professor universitário, marxista ou pseudo, dos raros, foi Joaquim Pimenta (1886-1963), advogado e catedrático da Faculdade de Direito do Recife, imortalizado por José Lins do Rego, como o Dr. Pestana do *Moleque Ricardo*. Era socialista e discursava nos sindicatos citando Marx, Engels, Lenin e Trotski. No clima do

Recife, longe das estepes, andava à moda bolchevista, de capa e boné. Chamava os operários de “camarada” — o que tudo escandalizou a congregação da Faculdade. Em 1919, dirigiu greve operária em Pernambuco. Chegaram a chamar o movimento de “pimentismo”. Vindo para o Rio abriu mão do seu vago marxismo e aderiu ao populismo de Getúlio Vargas. (12)

Por esses tempos, como exprimiu certo contemporâneo de Tobias, conversado por Gilberto Freyre — só “alguns” falavam em Carlos Marx. Falava-se mais em Socialismo — nesse país de escravos, parlamentarismo à inglesa e romantismo, sem precisar muito essas vagas e generosas aspirações.

Gilberto identifica esse primeiro prestígio da “mística anarquista ou marxista” — a expressão é dele — não nos sovados e descabidos argumentos socioeconômicos, mas no vazio espiritual dessa geração novecentista — “adolescentes burgueses criados em colégios católicos e que se sentiam quase de repente abandonados não pela Caridade da Igreja... mas pela fé de sua infância. A fé de seus pais e avós.” (13)

Em 1886, o jovem Clóvis Bevilacqua escrevia sobre Marx de forma confusa e até disparatada, e o piauiense Higinio Cunha parece ter vislumbrado os contornos dessa obra desmedida. Em 1913, esse procer já era antiimperialista e antinorteamericano — no Piauí. Euclides da Cunha também teve seu xodó por Marx. Na Associação Operária de São José do Rio Pardo, que ajudara a fundar, propôs se substituísse o retrato de Bakunin pelo do gênio barbudo. Outros o acompanham. Namoro sem conseqüências. Todo esse Marxismo vinha de cambulhada com muito Positivismo e Evolucionismo. (14)

O primeiro marxista brasileiro, de fato e de militância, parece ter sido o médico Silvério Fontes, nascido em Aracaju, em 1858, que passou a maior parte de sua vida em Santos. Depois de intensa atividade militante, tendo passado pelo Positivismo e pelo Anarquismo, acabou aderindo ao Partido Comunista Brasileiro. (15)

Fontes, pai do poeta Hermes Fontes, é traço de união entre os ideólogos e os militantes. Muito embora os comtianos ortodoxos repelisses as idéias marxistas, no Brasil há uma continuidade, senão individual, pelo menos familiar, entre Positivistas e Marxistas. É só cotejar os patronímicos de tantos membros do credo de Augusto Comte com os de sectários de Marx e do socialismo científico. O que torna



muitas vezes válido o axioma: pais positivistas, filhos marxistas, às vezes netos terroristas. (16)

Em 1922, criava-se o Partido Comunista Brasileiro. Em 1924, Otávio Brandão traduzia, em Porto Alegre, o *Manifesto Comunista*, de 1848. Na fundação do Partido teve papel decisivo Astrojildo Pereira, seu secretário-geral até 1929. (17) Coube a ele, em Puerto Juarez, na Bolívia, em dezembro de 1927, converter Luiz Carlos Prestes do tenentismo à militância comunista, levando-lhe uma pacotada de livros da melhor doutrina — Marx, Engels, Lenin. Prestes, aliás, foi outro caso de transição — do Positivismo para o Marxismo.

Leandro Konder, mais restritivo, afirma que "houve uma combinação discreta do *stalinismo* com o modo de pensar positivista..." (18) Antônio Paim, mais pertinente, considera expressão clara dessa combinação a obra de Leônidas Rezende "talvez a principal figura do marxismo brasileiro, do ponto de vista das gerações que freqüentaram cursos universitários, nas décadas de 30 e 40, ou tiveram, no mesmo período, alguma participação no movimento político dos estudantes." O elo seria o autoritarismo de Comte e a concepção da ditadura do proletariado em Marx. (19)

A modalidade stalinista do Marxismo, que procurava se instalar na vida política e cultural do Brasil no começo dos anos 30, podia oferecer àqueles que tinham sido educados pelo Positivismo imponentes esquemas classificatórios e fórmulas concisas, límpidas, semelhantes às que celebrizaram Augusto Comte. Mudavam os textos fundamentais, indicadores das verdades básicas, porém permanecia o vezo de procurar em uns poucos livros, condensada, a essência de tudo aquilo que se podia saber, cientificamente, a respeito da sociedade humana. As tarefas delegadas por Comte à *sociologia* (à física social) eram atribuídas pelo stalinismo ao "materialismo dialético" e ao "materialismo histórico". (20)

Nenhum desses epígonos exercia o ensino universitário. Poucos os professores declaradamente marxistas nas Faculdades de Direito, de influência praticamente restrita às salas de aula, um ou outro proclamando suas convicções entre paredes, ocasionalmente em livro ou artigo de imprensa, fumaçando no mesmo incenso Marx e outros pensadores. Tudo no melhor ecletismo que sempre caracterizou a cultura bacharelesca brasileira. A Universidade como tal só passa a campo preferencial dos marxistas anos mais tarde. (21)

Todavia enquanto os mestres pontificavam um Marxismo de

cátedra, os estudantes partiam para a ação revolucionária. A marxização dos moços começa muito antes da penetração da ideologia nos recintos acadêmicos.

Como em tanta coisa, a vizinha Argentina nos precedeu. Em 1918, os estudantes da Universidade de Córdoba pediam reformas do ensino. Declararam-se em greve, ocuparam, no melhor estilo moderno, as instalações da Universidade e apresentaram exigências tais como participação no Governo da Universidade, na eleição do Reitor, a abolição da frequência obrigatória às aulas, gratuidade do ensino e revisão do currículo de modo a atender problemas nacionais. O Brasil não se beneficiou desse movimento, que repercutiu em toda a América Latina, pelo simples fato de ainda não possuir àquele tempo nenhuma Universidade. (22)

Só em 1925, o II Congresso Nacional do PCB, no Rio de Janeiro, decide dar mais atenção à Juventude Comunista (JC), criada em 1924; mas só depois de 1927 o Partido teria se preocupado em reorganizá-la, para tanto designando Leôncio Basbaum, pernambucano, de 19 anos, quartanista da Faculdade de Medicina do Rio. No Recife, Manuel Souza Barros havia apresentado Basbaum e Manuel Karacik, seu colega e melhor amigo, a Astrojildo Pereira. Leram Bakunin e Otávio Brandão, conheceram a liderança do Partido. Em 1926, outro estudante, também pernambucano, João Celso de Uchôa Cavalcanti, fundou, com as bênçãos de Astrojildo, a primeira célula estudantil do PCB, na Faculdade de Medicina. Basbaum logo se dedicou a ministrar um curso de Marxismo a operários de uma fábrica de tecidos, baseando-se em um resumo em português de *O Capital*. Não prosseguiu. Achou os alunos despreparados.

Em 1927, Basbaum criava a diretoria provisória da JC, com Karacik e Francisco Mangabeira. Em poucos meses recebiam mais de cem adesões, 90% de operários, de 15 a 19 anos. Formalmente constituída a 1º de agosto de 1927, sua primeira direção nacional era formada de quatro operários e três estudantes. Basbaum, secretário-geral, manteve o posto até 1929, quando completou 21 anos e passou para os quadros do Partido. Ainda em 1927, a JC solicitou sua inscrição na KIM (Internacional Comunista da Juventude), sediada em Moscou, que logo ofereceu uma bolsa de estudos de três anos na Escola Leninista a um jovem operário brasileiro, Heitor Ferreira Lima. (23)

A partir de 1928, estudantes passam a figurar nos comícios ao lado dos operários e a Juventude Comunista cresce. Ao VI Congresso da Internacional Comunista compareceu uma delegação brasileira composta de três membros: Paulo Lacerda, Leôncio Basbaum e um garçom, José Lago Morales. Em Moscou encontraram Heitor Ferreira Lima, inteiramente russificado, “de botas, blusa e boné de pala virada para cima”, no estilo Bukharin. No Congresso aprovou-se a condenação de Trotsky. No 5º Congresso da Internacional Comunista de Juventude todo o material de propaganda e educação marxista enviado para os jovens do Brasil era redigido em espanhol. Ante o protesto de Basbaum, alguém da mesa perguntou — “que raio de língua se fala no Brasil?” (24) Basbaum passou a representante do Partido no CC da Juventude Comunista e participou do Primeiro Congresso Nacional da Juventude Comunista, em 1929. Apesar de tudo isso, o Partido continuava a ser dos operários e camponeses, na retórica dos dirigentes. Os estudantes não passavam de linha auxiliar; mas estudantes começam a aparecer nos comícios, nas lutas de rua. Em maio de 1929, um comitê de universitários lançou manifesto de apoio a uma greve de gráficos. Assinavam-no Francisco Mangabeira, cujo tio era, na época, Ministro das Relações Exteriores e Antônio Mendes de Almeida. Presos na Polícia Central não puderam comparecer ao comício na Praça da Sé.

Em fins de 1928, a JC teria cerca de 200 membros, num Partido de 800. Estudantes eram pouco mencionados no fraseado dos manifestos de Prestes. Em 1930, tornam-se visíveis nas passeatas, de lenço vermelho ao pescoço. Em São Paulo, depois de um grande comício contra o Governo, montaram-se barricadas e no tiroteio houve mortos entre os jovens. (25)

A tendência do Partido para o “obreirismo”, palavra de ordem de Moscou, levou a várias defecções. Não favorecia, nem intelectuais, nem estudantes em posição de inferioridade estes perante “operários e camponeses”, destaque dos manifestos.

Em 1934, a Juventude Comunista já desempenhava papel importante no 1º Congresso da Mocidade Operária Estudantil; e, em 1935, apoiaria o levante de Agildo Barata no 3º R.I.. Na ilegalidade em que mergulhou, após esses acontecimentos, houve uma Federação Vermelha dos Estudantes que agrupava secundaristas e universitários.

Com a ascensão de Vargas, a Ditadura do Estado Novo,

lançando o Partido na clandestinidade, recalcou os estudantes e a JC para a subversão. Carlos Lacerda que começou a simpatizar com a Esquerda na Faculdade de Direito, devia entrar, nessa época, para a JC, mas ingressou na Frente Popular, cuja criação levou à dissolução da JC. (26) Durante o Governo de Getúlio Vargas foi criada a Universidade do Brasil (Lei n.º 452, 5-7-1937) no mesmo ano em que se proclamou o Estado Novo, nascida “pronta e acabada, como Minerva da cabeça de Júpiter.” (27) Mas enquanto o Ministério da Educação corria com esse projeto grandioso, instalava-se, em 1935, no Rio, sob a liderança de Anísio Teixeira, então Secretário de Educação do Prefeito Pedro Ernesto, a Universidade do Distrito Federal (UDF). Instaurado o conflito ideológico entre duas entidades, a UDF foi considerada responsável por uma situação de “indisciplina e desordem” e extinta por decreto em janeiro de 1939. Já em abril do mesmo ano, pelo decreto-lei n.º 1190, o Governo criava a Faculdade Nacional de Filosofia, nos moldes de sua antecessora paulista. Porque, em 1934, durante o Governo de Armando de Sales Oliveira, fundara-se a Universidade de São Paulo e nesta uma Faculdade de Filosofia e Letras. A nomeação de professores para a Universidade era feita por autorização do Presidente, ouvida a Seção de Segurança Nacional. (28) Assim, paradoxalmente, sob o regime asfíxiante e o peso do obscurantismo e da intolerância do Estado Novo, é que vai o Marxismo penetrar nos cursos e cátedras universitárias, tornando-as alvos preferenciais do Esquerdismo.

Do 2º Congresso Nacional de Estudantes (1938) saiu a proposta da criação da UNE que teve sua primeira diretoria eleita em dezembro de 1939. A par do oficialismo que caracterizara esses Congressos — o Presidente Getúlio Vargas foi aclamado Presidente de Honra do conclave — repontam no seu temário e na sua linguagem, teses caras aos comunistas que se tornariam, mais tarde, verdadeira “marca de fábrica”, tais como a necessidade de “libertar a economia nacional da exploração imperialista”, as denúncias contra o “truste estrangeiro do papel”, etc.

Em 1939, durante o Ministério Gustavo Capanema, discutia-se a Reforma Universitária e nela Governo e Esquerda pareciam concordes. Essa lua-de-mel com o Estado Novo foi, no entanto, perturbada pela Guerra contra o Eixo e a luta antifascista que congregou universitários de vários matizes políticos. Em 1940, a UNE ainda

pugnava pela paz e pela neutralidade do Brasil. De 1942 a 1945, a entidade, pressionada pela opinião, dedica-se à campanha contra os países do Eixo, e em 1943, opunha-se à criação da Juventude Brasileira, conforme o modelo fascista italiano, proposto pelo Ministro Capanema.

Após a derrubada do Estado Novo e durante o Governo do Marechal Eurico Dutra, houve uma reaproximação entre universitários udenistas e comunistas. De 1947 a 1950, a UNE foi dirigida por socialistas e a entidade se voltou para reivindicações nacionalistas de emancipação econômica e industrialização. Em 1949, inicia-se uma fase democrática com a ascensão de diretorias udenistas, mas esse interregno cedeu lugar, em 1956, a nova onda esquerdizante.

## II

Em meados dos anos 50, tomava corpo nas elites intelectuais a preocupação da ideologia, que se tornou o centro dos debates e passou a substituir a idéia de organização. (29)

Assim aparece no chamado Grupo de Itatiaia, constituído por filósofos e economistas de várias tendências, que se reuniram nessa aprazível cidade serrana — para salvar o Brasil. Alguns deles, mais tarde, viriam a desempenhar importantes papéis no Governo e no processo de desenvolvimento nacional.

Em 1953, participantes do mesmo Grupo criaram o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) logo bafejado pelo apoio oficial, graças à intervenção de Anísio Teixeira junto ao Ministro Cândido Motta Filho. Roland Corbisier foi o Diretor da entidade e Hélio Jaguaribe, seu mentor. No Conselho Diretor figuravam nomes ilustres.

Além das dotações oficiais, o ISEB era subvencionado pela Federação das Indústrias de São Paulo, pois parece ser uma constante da burguesia brasileira financiar a Revolução antiburguesa. O Instituto recrutava seu alunado em uma camada de profissionais, tanto civis como militares; depois, entre estudantes universitários. Durante dez anos tomaram assento em seus bancos bacharéis e técnicos vindos de todo o país. No encerramento do primeiro ano do curso, o Presidente Juscelino sagrou-os, sem mais, “combatentes do desenvolvimento...catecúmenos do grande Brasil.” (30) Entre eles, um jovem

educador — Paulo Freire que começou isebiano e morreria petista. Vinham avidamente ouvir a palavra de Álvaro Vieira Pinto, Cândido Mendes, Nelson Werneck Sodré, Ewaldo Correia Lima, Guerreiro Ramos, sem falar em Corbisier e Hélio Jaguaribe.

O ISEB reunia todas as condições de sucesso. Dispunha de recursos, alguns de seus membros eram pessoalmente ligados ao Presidente da República, ocupavam cátedras universitárias. Era uma instituição senão oficial, pelo menos oficiosa.

Até 1958, essas vozes, embora ideologicamente discordantes, puderam cantar loas, em uníssono, ao nacionalismo que lhes dava o comum diapasão. Nesse ano, todavia, Hélio Jaguaribe publicava seu livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, que rompia a aparente harmonia do concerto, defendendo a necessidade dos investimentos estrangeiros. Logo a tese suscitou acesa oposição liderada por Alberto Guerreiro Ramos, que logo mereceu o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE). Convocado o Conselho Diretor da identidade, a maioria se pronunciou a favor de um pluralismo teórico — o que determinou o pedido de demissão de vários professores, inclusive de Guerreiro Ramos.

A partir daí, o ISEB passa a uma segunda fase. Adotando orientação militante, começa a influenciar a “opinião progressista” e a participar, nos termos de Corbisier, na “reconstrução nacional brasileira”.

Na eleição para a direção do ISEB, Cândido Mendes vê sua candidatura enfrentar a oposição da UNE, por ser advogado de uma poderosa empresa estrangeira. O Ministro da Educação designa, então, para o cargo, Álvaro Vieira Pinto, que orientou o Instituto num sentido nitidamente militante, de Esquerda radical.

Começa a terceira etapa do ISEB. Associa-se ao movimento das reformas de base e seus professores colaboram na redação dos *Cadernos do Povo*, publicados pela Civilização Brasileira, do editor Ênio da Silveira. Em um deles, o texto de Vieira Pinto — “Por que os ricos não fazem greve?”. Do mesmo passo, o ISEB se associa ao Centro Popular de Cultura (CPC). Agora, a maioria dos seus docentes pertence ao Partido Comunista. É a fase radical-populista. Assim Pécault resume a trajetória do ISEB: começou pelo nacional-desenvolvimento, continua no nacional-populismo e termina no nacional-marxismo. (31)

Na constelação isebiana brilhava a mega-estrela Álvaro Vieira Pinto, considerado “o ideólogo da UNE” e que, durante o curto período

do Gabinete Brochado da Rocha, ocupou, no Ministério da Educação, o cargo de assessor educacional do Ministro Darcy Ribeiro.

A carreira de Vieira Pinto foi marcante. Médico cancerologista, abandonou a profissão para se dedicar à Filosofia. Protegido por Santiago Dantas e por Alceu Amoroso Lima, conseguiu entrar na Faculdade Nacional de Filosofia após prestar exame de suficiência no MEC. Assistente do catedrático de História da Filosofia, Frei Damião Berg prestou concurso para essa cátedra, defendendo tese sobre Platão que havia preparado, segundo voz corrente, na Sorbonne, a convite de um nome ilustre, o Professor René Poirier.

Ex-integralista e católico, originalmente do Grupo de Itatiaia, Vieira Pinto dedicou-se cautamente ao platonismo, durante a Ditadura. No Governo Juscelino, juntou-se a Roland Corbisier e outros para fundar o ISEB. A esse tempo, sua filosofia era hegeliana de Esquerda. Em 1947, abraçou o nacionalismo e, após ter atacado Jânio Quadros, passou, no Governo deste, a proferir palestras de esclarecimento sobre a famigerada “realidade brasileira” ente de razão que tinha muitos donos. Nessa fase, suas idéias eram declaradamente marxistas.

Seu livro *A Questão Universitária* (1962) mais parecia manual de revolução marxista. Aqui vai breve resumo de suas idéias:

*A reforma da universidade não é de natureza jurídica, institucional e, muito menos, pedagógica; mas consiste na transformação de sua essência. Em país subdesenvolvido, que necessita sacudir o jugo do imperialismo, visa a uma finalidade política. Não se trata de organizar o ensino. A universidade representa o instrumento mais eficiente para assegurar o comando ideológico da classe dirigente. Sua reforma tem que ser feita de fora para dentro, pela luta política. Para isso os estudantes devem se unir aos proletários mais politizados, uma vez que seus interesses são os mesmos. E' preciso desmoralizar os professores retrógrados, incompetentes e ignorantes.*

Com a autoridade de homem do Governo, Vieira Pinto afirmava que a entidade universitária, a UNE, é claro, devia pressionar o Governo através das greves, caminho da revolução. A representação maciça de alunos nos órgãos colegiados, não mais um terço, mas

metade, possibilitaria a alunos e professores marxistas a expulsão dos docentes que seriam meros “serviçais do capitalismo espoliador”. Quanto à Pedagogia, desimportante para a reforma, só caberia a eliminação das Humanidades — artes, letras clássicas, filosofia, exceto o materialismo dialético, visto que nossa época só exige técnica e aprendizado de coisas materiais que proporcionem o desenvolvimento econômico. Quanto à moral, coisa obsoleta, só entrava o progresso da humanidade; notícia que trazia nesse desconchavo, um cacete positivista.

A meta era a conquista do Diretório Acadêmico. Uma vez consumada, criou-se um curso pré-vestibular onde se antecipava a doutrinação marxista e se preparava o alunado para futuras reivindicações universitárias. A introdução de cursos noturnos também ensinava maiores liberdades e — como ficou demonstrado, por denúncia e depoimentos em processo aberto posteriormente — estimulava a prática de uma nova modalidade ideológica — o porno-marxismo.

Vieira Pinto punha em prática suas idéias, selecionando dentre os alunos, os seus adeptos e reprovando os que as contestavam. O pré-vestibular, em 1958, era dirigido por alunos filiados à UNE e ao ISEB. Ensinavam aos colegas Marxismo e a técnica de “dominar as massas”. O Diretor da Faculdade alegava que nada poderia fazer por não dispor de provas suficientes dessa infiltração. Chegou a designar Vieira Pinto e seus assistentes para examinar no vestibular de 1959. A assimilação da doutrina era o critério de aprovação.

Em síntese, o pensador isebiano-marxista afirmava que a “Universidade representava o principal instrumento de alienação cultural, por isso reunia condições ideológicas para produzir a cultura autêntica de que o país necessitava.” Mais pertinente, apontava as obras suntuárias, o falso prestígio do título de doutor, a ociosidade intelectual, os interesses pessoais que se chocam nas congregações, o silêncio ideológico para os problemas nacionais, o risco de submissão ao patronato ou ao mecenato, etc. De qualquer forma, seu saber seria, até então, de origem metropolitana e conveniente às elites dominantes, originado de uma classe ociosa ou aproveitadora.” Não refletia a cultura verdadeiramente nacional surgida nas fábricas, nos comícios, nas escolas de samba (sic), na cerâmica nordestina e nos trabalhos de pensadores e artistas eruditos que recebiam dessas autênticas fontes



sua inspiração. Por conseguinte, era preciso transformar a Universidade “em órgão do povo, a serviço da autêntica cultura nacional.”

Note-se que o livro, oficialmente adotado pela UNE passou a insistir na tese de um governo, conjunto de autoridade e estudantes, para os corpos universitários. Partindo da premissa de que “não existe o problema da reforma da Universidade, mas o da Reforma da Sociedade”, Vieira Pinto apontava aos discentes o único caminho para atingi-la — abalar as estruturas estabelecidas — pela greve e pela subversão.

Alair Gomes, em longo e denso artigo, chamou o livro de “manual da confusão” — o que é pouco. (32) Porque não só incentivava nos estudantes um espírito antiuniversitário como os aticava contra os mestres, “servidores do capital estrangeiro e apostados em manter o povo afastado dos bancos acadêmicos.” A idéia cerebrina de promover primeiro a reforma da estrutura social do país e só depois a da Universidade muito fez para desviar a atenção dos estudantes dos seus verdadeiros e vitais objetivos — e, lançou-os à rua, à greve, ao comício e à subversão, depois ao cárcere, à tortura, ao exílio, seqüentes e conseqüentes ao *annus terribilis* - 1968.

Para ele, ideologia se confundia com desenvolvimento; era mera etapa na produção de uma ciência nacional, o que não impedia que pudesse aspirar a pretensões universalistas. “A lógica, como a ética”, escrevia Vieira Pinto, “não pode ignorar o contexto existencial.” O nacional passa agora a ser um critério de verdade. Pécault percebe com facilidade, nesses escritos traços do velho elitismo em moda nos anos 30 e o mesmo estilo integralista. Diríamos que por baixo de tudo isso, na absorção do ideal no real mostrava certo neo-hegelianismo. A ideologia, segundo o mesmo autor, constituía um mundo intersubjetivo dado na comunicação unânime e da consciência na rotura — o que é perfeitamente claro. O atraso do país torna-se um trunfo. A falta de uma burguesia esclarecida despertaria a vocação autêntica do povo para promover o próprio desenvolvimento. O povo, é claro, são as massas.

Tudo isso leva a uma proposta coletivista, socializante. Enquanto, entre esses teóricos, Hélio Jaguaribe pendia para o corporativismo, defendendo um desenvolvimento de tipo neo-bismarquiano, comandado por grupos de interesses, Vieira Pinto opta pelo povo-sujeito — o mesmo povo-massa, curiosamente, de Oliveira

Vianna – do melhor romantismo político. Não se confunde com a classe média, que causa horror aos isebianos, por eles equiparada depreciativamente ora à pequena burguesia, ora às classes opressoras. (33)

Essas teses conduziam, por si mesmas, a uma aproximação, senão a uma fusão ou confusão, com o Partido Comunista. O radicalismo crescente, que dividia a opinião, conduz o ISEB a um socialismo sem nuances e precipita seus membros no centro do rodamoinho revolucionário, enquanto o Partido Comunista se deixa arrastar para a via de mão única que era o Nacionalismo, ímã irresistível, que vai sobreviver às perseguições policiais dos anos 60 e dominará os círculos oficiais por aí fora formados sob esse aspecto, sob a tradição estatizante e corporativista inaugurada por Getúlio Vargas.

### III

Que tem tudo isso a ver com a Universidade? Até aqui parece desempenhar papel secundário ou marginal nessa luta de idéias, encastelada em cátedras e departamentos, presa na teia do seu ensino formal, decorativo ou profissionalizante.

Episodicamente, a Academia só aparece como cenário quando um ou outro desses teóricos penetra seus umbrais. Em breve, essa calma aparente vai mudar quando o Marxismo de cátedra passa a ativista e militante e a ideologia, criada e alimentada em centros externos à Universidade, reflui para suas salas e corredores, daí para as ruas e praças. Para esses intelectuais, os centros Populares de Cultura, o Movimento de Educação de Base que preparavam a Revolução nada mais eram que estações na marcha para o Povo. Na cabeça desses ideólogos de vocação e mentalidade totalitária, a cultura popular vai se identificar cada vez mais com a consciência revolucionária. (34)

Os movimentos estudantis de Esquerda lograram papel importante. Entre 1960 e 1964, a União Nacional dos Estudantes (UNE) controlada por uma coalizão de comunistas, e pela Ação Popular, organismo católico de Esquerda, constituía a força dominante no movimento pela reforma universitária. Enquanto isso, as autoridades apegavam-se ao *statu quo*, aos consagrados rituais de poder e

prestígio, lançando ao mercado turmas e mais turmas de bacharéis candidatos ao desemprego. (35) Cresceu o papel do radicalismo estudantil, muitas vezes incentivado por políticos e administradores, sobretudo depois que o fermento populista contaminou as estruturas da Universidade. Essa agitação que saía às ruas, conferia novo prestígio aos mandarins da educação, e aos burocratas a oportunidade de infinitas portarias e decretos.

Não que a maioria dos estudantes se alistasse nas fileiras do radicalismo. Mas a minoria radical, cada vez mais marxizada, foi conquistando os postos de mando e, graças a uma legislação perversa, foi pesando na administração da Universidade, nos seus destinos e desatinos.

A UNE visava, de início, congregar estudantes. Tinha caráter apolítico. Entre os anos de 1940 e 1942, empreendeu campanha no sentido de mobilizar a opinião pública e o Governo para participação na II Guerra Mundial contra o nazi-fascismo. Era praticamente tutelada pela Ditadura, funcionava em sala do Ministério da Educação. A partir de 1943 começam a aparecer indícios de insurreição. Comunistas e democratas passaram a lutar contra a Ditadura. Entre 1944 e 1947, os estudantes democratas venciam as eleições. Constituíram-se Diretórios representativos dos discentes de cada Faculdade, dentre eles o Diretório Central dos Estudantes da então paranoicamente chamada Universidade do Brasil.

É que, por esse tempo, elementos comunistas invadiam o Conselho da UNE impedindo a votação de moções contrárias à propaganda comunista. Pediam a realização de um Congresso pela Paz e Fraternidade que provou ser um canal de difusão da ideologia vermelha.

Em 1949, o XII Congresso Nacional dos Estudantes, realizado na Bahia, elegia uma Diretoria comunista que vetava o hasteamento da bandeira nacional. Entre 1952 e 55, a entidade voltou-se para a campanha do petróleo, apoiando as teses nacionalistas. O ano de 56 foi de tumultos que perturbaram os transportes e a vida urbana, levando a freqüentes choques com a polícia. A liderança comunista insuflava a greve geral através de elementos da União Internacional dos Estudantes, verdadeiros “caixeiros viajantes” que traziam na bagagem farto material de propaganda. A entidade, da qual a UNE se separara em 1952, voltando a filiar-se a ela em 1953, era sediada em Praga.

A partir de 59, aprofunda-se a marxização da UNE. Os temas

versados passaram a ser eminentemente políticos e tratados sob o ângulo dos interesses da Esquerda.

A entidade também se opunha ao Projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. O pretexto seria a extinção da escola pública e o favorecimento de escolas particulares. Posteriormente, no Poder, mudaram de tática. Darcy Ribeiro, no cargo de Ministro, tornou-se ardoroso defensor do Projeto. A UNE, porém, não queria que a Lei entrasse em vigor e chegou a espalhar entre as normalistas que iam acabar sem emprego. A Lei entrou afinal em vigor em dezembro de 1961.

Quando Marialice Foracchi, nos anos 60, elaborava sua pesquisa sobre o estudante universitário, as principais organizações que dividiam a massa universitária, além da UNE, eram (a) a Juventude Universitária Católica (JUC), (b) o Partido Comunista que atuava através dos seus diretórios estudantis; (c) a Ação Popular (AP); (d) a Política Operária (PROLOP); e (e) a Quarta Internacional. Eram todos de Esquerda com dosagens diversas da ideologia marxista. O Partido de Representação Acadêmica (PRA), criado na Faculdade de Direito da USP, era considerado de Direita. E havia, ainda, os chamados “independentes” que permeavam todas as unidades estudantis e procuravam quebrantar a influência crescente da Esquerda católica. Todas essas facções, salvo a última, se vinculavam a correntes políticas de âmbito nacional e macaqueavam as linhas dominantes do processo político.

Em 1960, criara-se no Recife, sob os auspícios de Miguel Arraes, o Movimento de Cultura Popular (MCP) de Paulo Freire, ex-estagiário do ISEB, e de Germano Coelho. Freire absorve toda a parafernália ideológica iseiana — consciência transitória e ingênua, conscientização — conceitos que nada têm a ver com a eficiência de seu método de alfabetização — o que levou uma comentarista de Esquerda a censurar-lhe injustamente o pendor autoritário e sua defesa da democracia burguesa. (36)

É quando se dá o momentoso encontro, verdadeira porroca ideológica, entre a Juventude Universitária Católica, a Esquerda Católica e o Esquerdismo marxista; o que ocorre na Ação Popular (AP) nas Comunidades Eclesiais e Base (CEB) e no Movimento de Educação de Base (MEB).

A AP invade o meio estudantil. Seus membros são, em boa

parte, recrutados na JUC e suas primeiras formulações doutrinárias elaboradas por padres católicos — o Padre Henrique de Lima Vaz e Frei Thomas Cardonnel.

Até o “golpe” permaneceu essencialmente um movimento populista, isto é, de intelectuais para o povo. Primeiro olhada com simpatia expectante pela hierarquia, na medida em que passou a ser influenciada por Marx e Teilhard de Chardin passou a ser vista com suspeita e hostilidade. Sob a orientação do Pe. Lima Vaz e do seu conceito de consciência histórica, os objetivos escatológicos da AP foram secularizados. A ideologia das AP tornou-se uma mistura de Hegel, Marx, João XXIII e Teilhard. (37) Seus dirigentes e quadros iniciais são formados na Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio — cujos estudantes pressionavam os dirigentes para convidar o Padre Lima Vaz à docência — de fato, a exerceu — e na Universidade de Minas Gerais.

Em 1961, a AP conquista a Presidência da UNE com Aldo Arantes e, lança, em Belo Horizonte, seu primeiro manifesto — “Nós os cristãos, e o mundo”. Constituída oficialmente em 1962, a AP vai entrar em franco processo de radicalização. Seu revolucionarismo, de base comunista, separa-se, no entanto, da ideologia do Partido. O compromisso com o homem combina-se com a “consciência histórica” do Padre Lima Vaz. A concepção do “ser histórico” visava superar materialismo e idealismo, rompia com o Partido Comunista, mas optava pela revolução e abraçava uma política de preparação revolucionária. Em 1968, hesitante entre fidelismo e maoísmo, a AP viria afinal a aderir ao PC do B e a lançar-se na luta armada. (38)

A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) desempenhou papel importante nessa agitação estudantil e no processo de marxização da Universidade. Diz um historiador desses acontecimentos que, durante o período de 1960 a 1964, a Faculdade foi “uma espécie de escalão avançado do movimento estudantil como um todo” (39), o que se explica pela variedade de seus cursos e pela estrutura inter-departamental, ensejando maior contato de professores com alunos e, desses, nas várias disciplinas.

O período é de intensa politização — leia-se de doutrinação esquerdista. É o momento em que se forma, no movimento estudantil, uma frente única de católicos e comunistas, que um autor de vistas largas considerou “precursora do pensamento ecumênico em nosso

país.” (40) Daí por diante, até 64, a Nacional-Esquerda domina o movimento estudantil.

Essa intensificação da atividade política do estudante universitário, sem outras compensações no plano do saber e da cultura, era, em certo sentido, uma medida do fracasso da Universidade como comunidade acadêmica.

Lipset vincula a participação política do estudante latino-americano em geral ao mau treinamento e à baixa profissionalização do corpo docente. “Onde o professorado é de tempo parcial, como na maioria da América Latina, a tendência dos estudantes é dar mais atenção a preocupações não acadêmicas, inclusive políticas.” (41) Citava o Reitor de uma Universidade hindu que acreditava ser sua alta função retirar os jovens das ruas, para impedir que se tornassem delinquentes. “Em compensação”, dizia o bom Reitor, “nós os convertemos em comunistas.”

Um estudioso constatou que o baixo nível de competência dos professores no Brasil e a conseqüente falta de respeito que inspiravam aos estudantes seria um dos fatores que geravam excessos e sua intensa politização.

Parece que nisso também influía a origem social dos estudantes. Marialice Foracchi, em seu estudo sobre o papel do estudante na transformação da sociedade brasileira (1965) sugeria que

*....as condições sociais de participação do estudante no processo brasileiro devem ser investigadas no contexto de sua classe de origem que é, predominantemente, a pequena burguesia ascendente, denominada por alguns autores de nova classe média. E, dá ênfase à condição de dependência que daria ambivalência à ação de classe. (42)*

Como a autora parece vincular essa categoria social à condição assalariada, conclui, necessariamente, pela sua situação de subordinação em relação às “classes dominantes”. Da simplificação do conceito de classe média resultaram, nesse trabalho, inspirado, em grande parte, por teorias marxistas, idéias imaginosas como, por exemplo, quanto “aos efeitos do processo de espoliação do trabalhador assalariado na vida do estudante.”

A relação entre estudantes e o Partido Comunista é antiga e

não exclusiva da América Latina e do Brasil. Embora o Partido procurasse negar essa conexão, os fatos parecem indicar o contrário: estudantes contribuíram com a liderança inicial e carregaram grande parte do apoio da massa nos países em que o Partido tomou o Poder. Foi o caso de Cuba; atividades estudantis na Universidade de Havana deram origem ao movimento pró-Fidel. O próprio Partido Comunista cubano foi fundado após uma demonstração estudantil na mesma Universidade, em 1925. Assim também no Vietnã e na Iugoslávia.

O que se evidencia, nesses anos 60, é a crescente politização da massa estudantil tal como definida em documento da UNE: “A massa estudantil precisa ser politizada pois sua tarefa é politizar as massas populares.” (43) Foracchi considera a politização da massa o problema básico em cada novo movimento estudantil, e que só pode ser compreendido como “expressão da eficiência do trabalho partidário.” Por aí, negava capacidade de subversão a esses movimentos.

A Juventude Universitária Católica (JUC), por seu lado, vinha mantendo até então, uma linha conservadora, suas lideranças preocupadas com problemas de vida espiritual, família e...cinema. Durante o Governo Juscelino Kubitschek, as preocupações dos Jucistas, obcecados com a ineficácia do movimento, passaram a voltar-se para matérias mais “sociais”, estimulados pela declaração dos Bispos do Nordeste, de 1958, e pela atividade do setor pernambucano que se concentrava, entre 1957 e 1958, em problemas de saúde e doença, sobretudo na questão da fome, pedindo maior “engajamento”, galicismo que teria grande futuro.

O Relatório do Conselho da JUC de 1958 marca uma virada. Pedia-se a elaboração de um corpo sistemático de idéias que pudesse orientar a ação. *Ação* — era, aliás, o que todos queriam. Em 1959, um novo texto propunha um “ideal histórico” — criação de uma ordem social cristã, a salvação das estruturas sociais pelo encontro, que se previa feliz, entre os ensinamentos da teologia e as conclusões das Ciências Sociais. Em 1960, o dominicano Frei Thomas Cardonnel, em artigos no órgão da União Metropolitana dos Estudantes (UME), do então Estado da Guanabara, denunciava os malefícios (sic) de uma colaboração das classes e de um ideal de harmonia social.

Tudo isso fomenta o radicalismo universitário. O Congresso Nacional da JUC, em 1960, traz para o centro do debate a definição

de um “ideal histórico”. Para ele deveriam convergir os esforços das Universidades de São Paulo, de Belo Horizonte e do ISEB que se propunham resolver as tensões sociais criadas no Governo Kubitschek. Esse “ideal histórico” cada vez mais se define numa ótica que mistura Marx e o pensador francês Emmanuel Mounier (1905-1950), uma libertação do capitalismo agora denunciado como obstáculo ao desenvolvimento brasileiro e protagonizado pelos países dominantes cuja política era traçada pelos *trusts*. Para reagir a isso, pregava-se a criação de uma infra-estrutura industrial de base, construção de um sistema de transportes, eliminação das distâncias regionais e ampliação do mercado interno. Neste ponto, pedia-se uma reforma agrária que levaria à modernização da agricultura. Essa tese era também defendida por elementos “da burguesia industrial” (44) e pelo movimento estudantil de Esquerda que instava pela criação de instituições agrárias “socializadas” no modelo chinês ou cubano.

Propunha-se “cooperativas” não na versão cabocla, gaúcha, ou catarinense, consideradas, neste caso, mero braço do capitalismo opressor — mas no sentido maoísta. Conciliava-se essas idéias com a nacionalização da economia, leia-se, sua estatização, o que não se julgava incompatível com a participação do operariado e sua libertação da condição espoliada de proletário. Tudo isso representava o fortalecimento da ala marxista que, aos poucos, foi engolindo a mensagem cristã da JUC. A reforma da Universidade foi encarada como vinculada à reforma da sociedade e esta como alvo da Revolução Brasileira. (45)

Momento crucial foi a eleição à Presidência da UNE de um candidato apoiado pela JUC e pelos marxistas. Em 1961, um militante da JUC da Universidade Católica do Rio conseguiu o mais alto cargo na UNE.

No mesmo ano, os estudantes da PUC do Rio lançavam manifesto denunciando a Universidade burguesa, alienada, e condenavam a estrutura de classes. O documento foi considerado demasiado progressista para o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro que determinou fosse seu autor expulso da JUC. O responsável intelectual pelo Manifesto, todavia, teria sido o Padre Henrique de Lima Vaz, S.J., brilhante e jovem filósofo — autor da idéia da transição do “ideal histórico” — que ainda trazia indesejáveis ressaibos de



Jacques Maritain — para uma “consciência histórica”, mais ao gosto do radicalismo de Esquerda.

Embora não fosse esta a posição de todos os participantes da JUC, muito menos de membros da hierarquia eclesiástica, foram estes aos poucos, superados pelos radicais, financiados pelo Ministério da Educação, que deu à UNE os recursos necessários para sua expansão e projeção no âmbito nacional, transformando-a de mera organização estudantil em porta-voz credenciado da política ministerial.

Em 1961, cresce o dissídio entre o grupo estudantil da JUC e a hierarquia católica, o que dá origem à criação da Ação Popular (AP). As teses da AP reconheciam a existência de uma ideologia revolucionária; a necessidade de uma elite estudantil (sic); o imperativo da participação de militantes da “extração social dominada”. Tratava-se para a AP de transformar uma entidade vestibular em revolucionária. Para esses fins tinha que atuar na clandestinidade — e usar a UNE como biombo.

De braço dado com os comunistas, os católicos de esquerda fomentaram a marxização — estimulando a participação das Universidades Católicas nesse amplo movimento. Um *Manifesto* do Diretório Central da PUC do Rio denunciava o caráter privilegiado do estudante universitário, convocavam-no à rebelião contra o clericalismo na religião, o capitalismo na economia, e o reacionarismo na política. A opção da AP era revolucionária e o rumo era o socialismo.

Segundo o Professor Cândido Mendes de Almeida, que analisou o *Manifesto*, com a – gravidade habitual, “sua autenticidade estaria nesta passagem à ação prática imediata, compensando dessa forma o longo silêncio da Igreja em face dos problemas de uma sociedade em mudança radical.” (46)

Em 1966, os autores mais lidos e que mais colaboraram na elaboração de uma ideologia radical católica seriam Leuret, Mounier, Marx, Sartre, Teilhard de Chardin — mais apregoado que lido — e o Padre Lima Vaz. Em segundo plano vinham Saint-Exupéry, Michel Quoist, Khalil Gibran, Celso Furtado e Josué de Castro — este publicara, em 1947, sua *Geografia da Fome*, de grande repercussão. A *Geopolítica da Fome* é de 1951. Esses autores — e seus leitores — começavam um tímido descomprometimento em face das idéias de Marx. Em breve, iria se acentuar, transformando, às vezes, em aberto

rompimento — mas nem todos e nem sempre desligados da nebulosa marxista que continuaria a rolar, ovante, pelos firmamentos universitários.

A greve, deflagrada em 1966, pelos estudantes baianos, teria sido o ponto de partida do debate sobre a reforma universitária, o que levou à intervenção militar na Universidade da Bahia. Daí por diante, o problema universitário passava a figurar na pauta das reivindicações estudantis. Foi o que se evidenciou no 1º Seminário Nacional, promovido pela UNE, na capital baiana.

Desse conclave saiu a “Declaração da Bahia”, de 1966, que um historiador considera “primeiro dos importantes textos programáticos do movimento estudantil brasileiro.” Abrangia três partes — a realidade brasileira, a Universidade no Brasil e a reforma universitária.

Entre outros louvores ao documento, seus cronistas dão ênfase ao aparecimento de uma nova corrente radical no movimento estudantil que passou a definir a revolução como “a posição consciente de todo um povo no sentido da mudança de uma estrutura sociopolítica ultrapassada e injusta para outra que seja (sic) um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições...” De acordo com o documento não se tratava de optar entre Capitalismo e Socialismo, mas “escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade.”

Daí a proposta de “socialização dos setores fundamentais da economia”, “a superação das alienações do proletariado”, “a participação efetiva dos operários nos órgãos governamentais” e “a obrigação para o Governo de criar condições para essas organizações proletárias”.

Quanto à Universidade propriamente dita descrevia-a o documento como “superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente.” E, concluía com uma frase de grande efeito e futuro: “A Universidade é um privilégio.” Anísio Teixeira já havia escrito em 1957, que “Educação não é privilégio”. Mas a Reforma Universitária só lograria êxito caso se tornasse um momento do “processo mais vasto que é a Revolução Brasileira”.

Para eliminar esse estado de coisas, os estudantes pediam a

abertura da Universidade ao povo mediante cursos de alfabetização e outros destinados a mestre de obras (sic); e à defesa, pelos estudantes, dos interesses operários. Algumas sugestões eram válidas, como a autonomia universitária, a substituição das cátedras pelo regime dos docentes, a participação dos alunos na administração da Universidade por um critério de proporcionalidade — 40% ao grupo de ex-alunos e profissionais 20%; e uma política de assistência ao estudante.

O 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária reunido em 1962, em Curitiba, reproduziu essas diretrizes, “dentro da mesma linha anticapitalista e revolucionária” pugnando por uma Universidade antidogmática que fosse uma frente revolucionária e uma expressão do povo, imune a todo tipo de discriminação, uma vez sanado seu principal defeito que era contribuir para a alienação da classe média. Mais importante foi a proposta de inclusão da Reforma Universitária entre as chamadas “Reformas de Base” preconizadas pelo Governo João Goulart.

A reivindicação da participação de um terço nos Conselhos Universitários e na administração da Universidade — malogrou; ainda que a Ação Popular tivesse conseguido eleger para a Presidência da UNE outro líder católico, Vinicius Caldeira Brant, a quem cumpria fortalecer a hegemonia da AP, “extrapolando, se possível, a crescente influência da liderança católica revolucionária, do plano da política estudantil para o da política nacional”.

Enquanto isso, a crise política se agravava, caía o precário regime parlamentar e, sem condições para prosseguir na reivindicação do terço, a UNE suspendeu o movimento. Passou a comprometer-se nas reformas, o que, segundo alguns observadores, a descaracterizou. O novo Presidente, o paulista José Serra, engajou-se “de corpo e alma em todas as questões políticas de relevância.” Passada a hora das análises críticas, o momento era de ação. Infelizmente, militava contra a necessária unidade do movimento a própria cisão política da hora — legalidade com Jango, ou luta armada com Brizola.

Procurou a UNE compensar-se participando de movimentos educacionais e culturais — a campanha pró-alfabetização de adultos, de Paulo Freire, no Recife, a da erradicação das endemias no campo que visava, antes de mais, proporcionar “contatos mais estreitos entre os universitários e as populações rurais.” Isto se dava, sobretudo em Pernambuco, onde o Governador Miguel Arraes “favorecia ao máximo

a integração estudantil-camponesa” (46), enquanto nos centros urbanos, a UNE levava o teatro às favelas. Pensava-se até em fundar uma Universidade de Cultura Popular, cujas aulas inaugurais seriam ministradas, no Recife, pelo Governador Arraes e no Rio de Janeiro pelo Deputado Federal Leonel Brizola.

A situação política se precipitava na radicalização. Em 28 de março de 1964, os Diretórios Acadêmicos das Faculdades Nacionais de Direito (CACO) e da Filosofia, da Universidade do Brasil, mais o de Sociologia da PUC, lançavam manifestos de apoio aos marinheiros e fuzileiros navais em greve permanente na sede do Sindicato dos Metalúrgicos.

Fizeram mais: no dia 31 de março, mal ouvidas as notícias do levante em Minas Gerais, exigiram do Governo Jango que lhes desse armas para a resistência. Tiveram de se contentar com “manifestações anti-golpistas” na Cinelândia, no Rio de Janeiro. Com a depredação da sede da UNE, o Presidente José Serra pediu asilo à Embaixada do Chile e juntou-se a outros líderes revolucionários que buscaram o caminho do exílio. Concluía-se dessa forma um ciclo de agitação estudantil que, daí por diante, iria se desdobrar em trágicas conseqüências, no terrorismo e na ilegalidade.

Viajava-se muito. Em 1952, uma delegação brasileira rumou à China a fim de ver como fora eliminado, naquele país, o ensino burguês e imperialista, substituído pelo ensino nacional. Assim também uma caravana acompanhou a comitiva do Deputado Jânio Quadros a Cuba. Em dezembro de 60, a UNE promoveu passeata de solidariedade a Fidel Castro, idílio que continua até hoje. E a participação dos estudantes nas greves desse período é incessante.

A Lei de Diretrizes e Bases (1961) dava ao corpo discente representação com direito a voto, nos Conselhos Universitários, nas Congregações e nos Conselhos Departamentais das Universidades e das Escolas Superiores isoladas, na forma dos Estatutos dessas entidades. Várias faculdades trabalhavam na reforma dos seus Estatutos visando a entregá-los ao Conselho Federal de Educação até 27 de junho de 1962. No entanto, sem esperar essa data, a UNE procurou impedir qualquer reforma atizando greves e tumultos a fim de prejudicar as atividades discentes.

Esse movimento era favorecido por políticos e, até Ministros. O Deputado Paulo Alberto, o Professor Santiago Dantas, o Ministro

da Educação, Oliveira Brito, solidarizaram-se com a UNE. (47) O objetivo era elevar para um terço a representação dos estudantes nos colegiados universitários. Para tal reivindicação desfechou-se uma greve que atravessou o período prejudicando seriamente os estudantes. Vários Diretórios desligaram-se da UNE.

Poerner dá testemunho insuspeito do sucesso e dos rumos dessa marxização:

*...No momento em que se confundiu, na Faculdade, o apoio ao Diretório com uma posição esquerdista, inflacionou-se a Esquerda e baralhou-se o esquema de forças políticas existentes. Este, o primeiro erro de análise e, talvez o mais catastrófico, por ser o mais generalizado. A partir dele, os analistas lúcidos e frios — que almejavam uma FNFi atuante politicamente, mas, sobretudo, voltada para problemas universitários e para a modificação da estrutura do ensino — perderam o controle da situação. De um momento para o outro [depõe o mesmo escrupuloso cronista] a FNFi se transformara em Faculdade com a mais alta percentagem de socialistas em toda a América Latina. Em menos de seis meses, jovens de vinte e pouco anos, recém egressos de suas leituras machadianas, davam por absorvidos, com uma superficialidade que chegava a ser comovente, os textos de Marx e Engels. (48)*

Para Poerner tudo isso não passava de delírio coletivo que levava muitos estudantes a caírem vítimas de outra forma do mal que combatiam. Tratava-se, segundo esse clínico, de uma “doença infantil” — o esquerdismo. Constata esse historiador dos movimentos estudantis, que, daí por diante, “para a maioria dos jovens que cursavam a FNFi, nos últimos meses de 63, estudar passou a ser um “desvio pequeno-burguês (as aspas são de Poerner) pois a cultura estava morta e a faculdade representava um monumento ao latifúndio (sic). Afinal, importava que estudassem!”, constatação extraordinária.

Paradoxalmente, Poerner acha que, por esse tempo, princípios de 64, a faculdade já se achava “rachada”. “Já tinha saído da moda ser apenas de Esquerda. Num processo que tem suas semelhanças

remotas com a Revolução Cultural Chinesa (sic) o grau de radicalização da Faculdade chegara a um ponto em que era preciso providenciar, imediatamente, uma Revolução para que nela se engajasse a FNFi.”

A Revolução veio, mas em sentido diverso do que pensavam os ativistas da Faculdade Nacional de Filosofia. A vanguarda estudantil carecia, assim, de lastro político próprio, daí o divórcio entre cúpula e base nesses movimentos. A participação dos estudantes era destituída de suporte ideológico, desprovida de coordenadas políticas — o que só foi parcialmente superado nas greves e movimentos de protestos pós 64. Daí o caráter abstrato e altamente teórico dos manifestos. ... “Quando (a cúpula) teoriza é porque não sabe como agir.” (49)

Daí buscarem solidarizar-se com outros grupos políticos, como operários e “camponeses”, categorias sempre presentes nos manifestos estudantis, com as quais os estudantes procuravam se identificar, sacrificando, dessa forma, autonomia, objetividade e especificidade. Como demonstrou Foracchi, esse tipo de “engajamento” visava evitar os compromissos mais profundos, ficando no plano de meras reivindicações. O radicalismo estudantil se detinha no limiar do comportamento revolucionário, inviável dentro da própria condição social transitória do estudante que o transforma em mero “elemento auxiliar” dos movimentos e partidões. Somente conseguiam superar essas ambigüidades, segundo a mesma autora, quando o estudante chega a compreender sua situação de classe, e se vê como parte das camadas populares que suportam o ônus e o custo do desenvolvimento.

Essa indecisão impregnou os documentos do movimento estudantil dos anos 60, ora apoiando a revolução cubana e militando contra a Aliança para o progresso, ora clamando pela necessidade de atuar o estudante sobre problemas especiais de sua categoria.

Fica-lhes, então, um papel histórico, de conscientizar (ainda que massa privilegiada) as massas populares — embora, segundo, “sua capacidade de identificar-se com os oprimidos, nada mais expressaria senão as suas aspirações sociais frustradas.”

A greve pela reivindicação do terço seria um exemplo de como uma reivindicação estudantil pode transformar-se em proposta revolucionária, do momento em que abria para “reformas das estruturas” ou “reformas de base”. Em suma, a radicalização do

movimento estudantil se esterilizava quando limitada às reivindicações de natureza casuística e temporária. “O radicalismo do comportamento do jovem poderia ser concretizado na ação do estudante se a problemática estudantil fosse elaborada em termos da categoria que lhe confere sentido — a classe.” Para a mesma autora, fora da classe não há salvação. A reivindicação é da praxis pequeno-burguesa. Nesse ponto, a autora adotava, confessadamente, a caracterização do revolucionário segundo Sartre. “Não é o homem que reivindica direitos, mas, ao contrário, aquele que destrói a própria noção de direito que ele percebe ser produto da tradição e da força.” (50) A reivindicação, ao contrário, “incita à acomodação, esteriliza qualquer projeto de mudar e transformar situações.” Era esse, portanto, o sentido essencial do radicalismo estudantil e, evidentes nele, a marca e a influência das idéias marxistas.

Em pesquisa realizada na USP e publicada em 1968, Marialice Forucchi concluía que “as camadas superiores e tradicionais estão cedendo lugar, na Universidade, à crescente predominância dos estratos médios que, estes, sim, utilizam-se de expedientes educacionais para dar seqüência a um projeto de ascensão social.” Rompiam, com isto, a seu ver, o anterior monopólio exercido pelas camadas tradicionais, sobre a educação. (51)

A pesquisa mostrava a maior procura dos estabelecimentos técnicos — o que parecia indicar a substituição de uma cultura meramente decorativa por outra profissionalizante e terra a terra. Assinala, do mesmo modo, a maior dependência dos pais e a dificuldade de conciliação entre trabalho e estudo, contrariando afirmativas sem base e chavões aceitos. Para a pesquisadora paulista, ao contrário,

*... o estudante brasileiro não representa, em termos socioeconômicos, uma camada privilegiada, e sim, uma camada em mobilidade ascensional que acumula recursos para firmar-se socialmente. A formação universitária representaria, nesse contexto, um investimento e uma responsabilidade. (52)*

Essa afirmativa ganha importância, fundamento e amplitude, com a abertura da Universidade nos anos subseqüentes e a conseqüente “massificação” que a desencadeou.

#### IV

Nessas décadas, em todo o mundo, a sociologia atravessa uma de suas crises periódicas, esta resultante do confronto entre a disciplina acadêmica tradicional e uma ciência crítica. Entendia-se por sociologia acadêmica, sobretudo a florescente nos Estados Unidos, marcada pela proliferação de especialidades, o prestígio da quantificação, o “psicologismo” e os estudos de comunidade, definida esta como um todo harmônico esterilizado de quaisquer conflitos — tudo isso penetrado, em textos e manuais, de um behaviorismo simplório. Nessa corrente, eminentemente conservadora, não havia lugar para os grandes problemas do Terceiro Mundo — o desencontro das instituições públicas com a realidade, o paternalismo social, o patrimonialismo, o mandonismo, o domínio incontestado do latifúndio e da *plantation*, a inflação endêmica, o analfabetismo, a miséria rural e a favelização. Tudo que levava os melhores sociólogos brasileiros a repelir essa sociologia classificada por Guerreiro Ramos de “enlatada” e a buscar uma ciência crítica que, na proposta de Mannheim, passasse de mera ideologia para uma sociologia do conhecimento. (53)

O primeiro número da *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, editada pela Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Minas Gerais (1961), marca a transposição dessa crise para nossos meios acadêmicos, assinalada, nos Estados Unidos, pelos livros de P. Sorokin, *Fads and Foibles in Modern Sociology* (1956) e C. Wright Mills, *The Sociological Imagination* (1959), ambos citados pelos colaboradores da Revista.

Um dos articulistas, o Professor Octavio Ianni, da USP, investia, por exemplo, contra dois sociólogos, um francês, outro americano, que passariam a “cabeças de turco” dessa geração: Georges Gurvitch e Talcott Parsons — pela sua preocupação com o método formal, pelo abandono da história na interpretação dos fenômenos sociais e pela obsessão da quantificação. Ianni, com ímpeto juvenil, denunciava a institucionalização das Ciências Sociais que só vinha acentuar seus liames com a ideologia dos grupos dominantes, transformando essas disciplinas em técnicas de controle e manipulação. Em fraseado retomado e repetido, sob várias formas e estilos, ao longo da década, concluía: “... O colapso do pensamento sociológico exprime a alienação intelectual inerente à estrutura de poder vigente numa



sociedade de classes” — levando assim as idéias de Wright Mills a uma conclusão marxista, conúbio que não estava na concepção do sociólogo americano.

Essa não foi a única tentativa, em nosso trópico, de marxizar o pensamento de Wright Mills. De uma sociologia crítica a uma sociologia marxista só havia um passo que foi dado temerariamente por diversos cultores da disciplina.

Essa deriva das Ciências Sociais na Universidade para os torvelinhos do materialismo dialético que ocorreu em vários tempos conforme o lugar e a motivação. Girou em torno de figuras epigônicas de valor intelectual e teor moral muito diversos, nem sempre acordes entre si. Vimos, no Rio de Janeiro, o papel dos isebianos e do grupo da Faculdade de Filosofia, liderados por Álvaro Vieira Pinto.

Em São Paulo, o processo tomou rumos diversos. A história da Faculdade de Filosofia paulista começa com a chegada de meia dúzia de professores franceses, retomando a séculos de distância, a aventura do antepassado Villegagnon. Levi-Strauss evocou esse momento, nessa São Paulo dos fazendeiros do café cujos capitais iam aos poucos sendo transferidos para a indústria um clima de governo liberal. Quanto aos estudantes, na descrição irônica do antropólogo, seriam descendentes de “nobres” provincianos ligados à terra e arruinados pelas flutuações do comércio mundial — jovens “granfinos”, assim chamados por analogia com a camada superior do cesto, na colheita do café.

A missão desse grupo, convidado por Gustavo Capanema e reunido pela intermediação do psicólogo Georges Dumas, era, nem mais nem menos, que a criação de uma Universidade — que iria permitir “a essas classes modestas começarem sua ascensão através de diplomas pondo à sua disposição cargos administrativos, de tal forma que nossa missão universitária contribuiu para a criação de uma nova elite.” (54)

De parte a arrogância colonizadora do antropólogo, que via na missão nada além do desmonte da nossa feudalização (sic) e para quem esses “adventícios professores viriam servir em parte como caução e em parte como passatempo.”

Essa a visão tropical do antropólogo curtido, hoje mimado pelas Esquerdas, em livro em que também proclama sua profissão de fé marxista. Iniciado, conta ele, aos 17 anos nessa visão do mundo,

confessa que “desde essa altura tal fervor nunca se desmentiu e é raro tentar resolver qualquer problema de sociologia ou de etnologia sem ter primeiro vivificado a minha reflexão por algumas páginas do *18 Brumário de Luiz Bonaparte* ou da *Crítica da Economia Política*.”

Em 1935, valiosa é sua descrição da elite paulista, mais seu retrato dúbio dos estudantes:

*...Vinham de longe esses homens e mulheres de todas as idades que assistiam às nossas aulas com fervor suspeito: jovens que tinham na mira a obtenção dos empregos para os quais os nossos diplomas os habilitavam; ou então advogados, engenheiros, políticos estabelecidos, que receavam a futura concorrência imposta pelos títulos universitários, a menos que eles próprios tivessem a sensatez de tentar obtê-los. Todos eles estavam minados por um espírito arruaceiro, parcialmente inspirado por uma tradição francesa caduca num estilo de ‘vida parisiense’ do século passado. (55)*

O retrato antecipava traços dos estudantes dos anos 50.

*A Universidade apresentava-se a eles como fruto tentador mas envenenado. No espírito desses jovens que não conheciam o mundo e cuja condição por vezes muito modesta lhes tirava quaisquer esperanças de um dia conhecerem a Europa, surgíamos como uma espécie de magos exóticos, para lá levados por alguns filhos-família duplamente execrados: primeiro porque representavam a classe dominante, e, em segundo lugar por virtude precisamente da sua existência cosmopolita que lhes proporcionava vantagens relativamente a todos aqueles que eram obrigados a ficar na terra natal mas que ao mesmo tempo os tinha cortado da vida e das aspirações nacionais.*

Do mesmo modo a descrição do relacionamento entre mestres e discípulos:

*Parecíamos suspeitos, pela mesma razão; no entanto, trazíamos em nossas mãos os frutos do saber, e os estudantes ora fugiam de nós ora nos adulavam, alternadamente*

*atraídos e rebeldes. Cada um de nós avaliava sua influência pela importância da pequena corte que organizava à sua volta. Essas clientelas travavam entre si uma guerra de prestígio cujos símbolos, beneficiários ou vítimas, eram os professores preferidos. Isso traduzia-se pelas homenagens, ou seja, pelas manifestações em honra do mestre, almoços ou chás oferecidos em virtude de esforços que se tornavam ainda mais comoventes porque pressupunham privações reais. As pessoas e as disciplinas flutuavam ao longe dessas festas como valores da bolsa, em função do prestígio do estabelecimento, do número de participantes, da categoria das personalidades mundanas ou oficiais de que aceitavam participar.*

Deles, dessa juventude burguesa ou granfina, os estudantes guardarão traços marcantes: o gosto pela novidade, a falta de profissionalização universitária, a gula pela idéia importada — e o nacionalismo.

A influência dos professores franceses prolongou-se, por muito tempo, na USP, na sua Faculdade de Filosofia. Era, como tantas outras instituições do país, “liberal na forma, oligárquica no fundo.” Dentre os seus professores, um filósofo sem obra escrita, o Professor Jean Mangué, ex-discípulo do pensador Alain, que tomou a seu cargo os cursos de Filosofia de 1935 a 1944. Gerard Lebrun foi outro desses mestres, intelectual de grande fascínio. Cruz Costa, que sucedeu a Mangué, zelava pela linha nacionalista. Suspeito ao golpe de 64, foi obrigado a cantar o hino nacional pelo Coronel que presidia o IPM. (56) Não menos salientes foram José Arthur Gianotti, de futura trajetória, Bento Prado Jr., Oswald Porchat Pereira e Ruy Fausto.

O golpe de 64 poupou esse grupo, depreciativamente chamado “Esquerda transcendental”, porque contrastava com a Esquerda nacionalista, isebiana, com a qual polemizara. Todos eram unanimemente de Esquerda, seguindo a orientação francesa, como assinala um seu cronista e crítico, o ensaísta Paulo Eduardo Arantes: “E sem nada a corrigir no seu curso bem traçado pela missão francesa, a Filosofia prosseguia assim no rumo de sempre: coração à esquerda, onde o têm os espíritos bem formados...” (57)

O limite extremo da tolerância dessa gente bem formada era o ISEB e seu mentor Álvaro Vieira Pinto. Em 1962, Gerard Lebrun

dedicou-lhe crítica devastadora considerando seu *opus magnum* —  
*Consciência e realidade nacional* —

*....mera algaravia fenomenológica, sem originalidade, decalque arrevesado do pensamento francês que se formou na escola do existencialismo alemão... uma cultura de oposição, porém fundada em conceitos éticos e ontológicos sem qualquer base científica, fruto de uma escolha infeliz, mal ancorada no campo minado das metafísicas da consciência, contra as quais em boa hora nos vacinara a lição de método dos professores franceses... e (redigida) em desatinado jargão nacional-existencialista.*

A vacina, é claro, era de fundo marxista.

O grupo da USP se considerava cosmopolita e de Esquerda, repelindo o anticolonialismo ideológico do ISEB. Substituíam Sartre por Rousseau. Assim se preservavam do “sarampão estruturalista” e das suas seqüelas, — leia-se Michel Foucault.

Foi quando celebrou-se, em meio a tantas acrobacias intelectuais, “o casamento da filosofia universitária francesa com o Marxismo”, núpcias festejadas por seu cronista Arantes como “um dos episódios mais notáveis” do processo de aclimação das idéias de Marx no trópico.

Esses esposais tinham antecedentes: desde os anos 50, reunia-se na USP o Seminário Marx, formado por um grupo de assistentes da Faculdade interessados na “leitura” de *O Capital*, grupo de fundas conseqüências na interpretação ensaística do Brasil e na implantação de um “jovem marxismo de cátedra”. A filosofia domina esse Seminário interdisciplinar que inaugura “uma nova Ciência Social, de Esquerda e universitária”. Em 65, Gianotti apresentava em concurso de Livre Docência, sua tese sobre as *Origens Dialéticas do Trabalho*, enquanto Ruy Fausto criticava a *Revolução Brasileira* de Caio Prado Jr. E sua quimera (sic) v.g. “um Brasil capitalista avançado como etapa na direção do Socialismo”.

Na Faculdade de Filosofia da USP, o movimento estava centrado na disciplina “Sociologia I” e, nesta, na figura capital de Florestan Fernandes. (58) O processo intelectual que levou o jovem professor ao Socialismo acha-se descrito em uma espécie de

autobiografia intelectual, impressionante documento da formação de um revolucionário. Em 1941, quando estudante do Professor Maugué, começou a ler os livros de Marx. Daí passou à sua interpretação por Herbert Marcuse em *Reason and Revolution* e familiarizou-se com o “pensamento negador”. Foi de Marcuse que Florestan recolheu sua concepção de uma sociologia crítica.

Aos leitores desprezados que não percebem essa “orientação crítica e militante” nos seus escritos de 1942 a 60, seu Marxismo ainda enrustido, Florestan sugere que atentem para “o elemento subjetivo”, intrínseco na sua intenção de enquadrar a Sociologia dentro de uma posição materialista especificamente engelsiana e comprometida com o desmoronamento da civilização industrial capitalista.

Até esse momento, o sociólogo paulista, descendente de imigrantes espanhóis e caso exemplar de autodidata, formara seu pensamento sociológico, de extrema complexidade, nas agruras de uma infância e adolescência sofrida, em ofícios obscuros, onde forjou seu caráter. Mais tarde, transpôs essas experiências para o estudo, escrito com o Professor Roger Bastide, sobre o negro em São Paulo, desde logo por ele equiparado ao proletário e ao marginal. Do destino mesquinho a que o preparavam primeiras experiências de vida, escapou pela curiosidade intelectual e uma vocação decidida, primeiro, para o magistério, depois para as Ciências Sociais. Sentiu-se um “intruso” entre os colegas nascidos de famílias tradicionais de classe média ou alta, mas superou essas distâncias pelo valor intelectual, pela capacidade de solidariedade, e, pelo contato direto com certos professores — sobretudo Roger Bastide, Paul Hugon e Emilio Willems — depois, pelo seu relacionamento com Fernando de Azevedo (que chama sempre Dr. Fernando) e com Antonio Cândido. Em 1945, Roger Bastide convidou-o para seu assistente na disciplina “Sociologia II”. Quanto a Fernando de Azevedo, patriarca da sociologia paulista, de formação durkheimiana, passou a ignorá-lo. (59)

Por esse tempo, segundo conta Florestan, “o grosso do que aprendera até 1944, vinha da Europa — de vários professores franceses, um italiano, outro de origem alemã.” Brasileiros eram os assistentes, que classifica como pessoal de “saturação” ou de “reforço” filhos de um processo que definia como “colonização cultural permanente”, tudo nos quadros da Faculdade de Filosofia, instituição

que, por sua vez, rotula de transplantada. A fim de aperfeiçoar sua formação didática, matriculou-se na Escola Livre de Sociologia e Política — para descobrir o que se poderia obter pela “formação norte-americana”. Em suas palavras: “...consegui penetrar naquele santuário.”

Em tempos do Estado Novo, o meio estudantil fervia. Foi quando Florestan vinculou-se ao movimento trotskista, já convencido de que “a redemocratização” do país não seria suficiente, mas que seria necessário desencadear “um processo revolucionário pelo qual o Povo assumisse o controle do Poder.” Revendo essa frase, diz: “Combinava, sem o saber, elementos de um populismo radical com o pouco que eu conhecia do socialismo utópico e do socialismo marxista.” Foi quando empreendeu a tradução de *Contribuição à Crítica da Economia Política*, de Marx, trabalho que, segundo ele, marcou-o definitivamente, fascinado pela riqueza e a modernidade do pensamento marxista (sic). Foi então que abandonou qualquer tentativa eclética de conciliar Marx com outros autores.

No início da década de 50 começa a publicar as obras que lhe deram nomeada. Define, então, sua relação com a sociedade brasileira, abraçando definitivamente o materialismo histórico, combatendo os representantes das “classes dominantes”, a chamada “democracia burguesa” e atacando os corifeus do desenvolvimento.

É quando o docente se desdobra em militante e sua disciplina se constitui núcleo de elaboração doutrinária. Aí, conta ele, tomavam-se as decisões por consenso e “só se faziam as reuniões coletivas depois que prós e contras estivessem claramente delineados e que se evidenciasse a melhor linha a seguir ... daí o professor relatava essas decisões e as punha em discussão.” A cadeira operava assim — “uma revolução dentro da ordem.” O núcleo da primeira linha era constituído por ele, pelo Professor Fernando Henrique Cardoso e por Octavio Ianni.

Já nessa década de 50 chegavam de fora os assistentes, bolsistas, que “traziam ventos novos...principalmente da França e da Inglaterra.” Chamavam-se esses alíseos, Lukacz, Sartre, Goldman - hoje sopros extintos. Logo se formou um círculo de estudos ao qual se associaram economistas e filósofos. Começou por uma análise dos textos de Marx, mas dessas tertúlias, Florestan, discretamente, se excluiu.

*Apesar de minha condição de socialista militante, [esclarece Florestan] não tentei vincular a estratégia de trabalho apontada, exclusivamente, ao marxismo. Tanto no plano do ensino quanto no da pesquisa não procurei romper com o eclétismo, herdado dos professores europeus e posto por mim em outra órbita, com uma compreensão mais rigorosa da interdependência dos vários modelos de explicação na sociologia. Evoluí rapidamente, portanto, para um eclétismo balanceado e que convergia, criticamente, para o significado lógico e empírico específico de cada solução metodológica e de cada contribuição teórica. (60)*

Com os tempos ficou menos eclético.

Não é possível aqui retratar o pensamento sociológico e a interpretação do Brasil de Florestan que se estendem por vasta produção bibliográfica, apenas ressaltar algumas fixações e afirmações dogmáticas. A Abolição, por exemplo, foi “uma revolução do branco para o branco”; o inconformismo do negro constituía uma “objetivação genuína do populismo mais puro e radical.” O negro, sua integração na sociedade de classe passava a ser quase obsessão — como se negros e brancos se defrontassem na sociedade brasileira como classes — visão exatamente contrária a de Gilberto Freyre. A linguagem do sociólogo aparece, daí por diante, povoada de chavões — a revolução burguesa que se fechou para a plebe; o capitalismo dependente; o controle burguês da sociedade civil. Ao mesmo tempo essa burguesia dependente, ultra-conservadora e proimperialista (como se sabe, essas classes sempre foram, ao contrário, ardorosamente nacionalistas) teria perdido a oportunidade histórica de liderar a transformação capitalista. O que o levou categoricamente a afirmar que “dentro do capitalismo só existe saída na América Latina, para as minorias ricas, para as multinacionais, para as nações capitalistas hegemônicas e sua superportência, os Estados Unidos...” (61)

O pensamento de Florestan naufraga em amplas e sovadas categorias de duvidoso valor explicativo sem a capacidade de discriminação e qualificação, principalmente sem nenhum embasamento histórico e humanístico. Em certo momento, se pergunta: “onde começa a ciência e termina a ideologia (ou vice-versa) no trabalho do sociólogo?”. Mas logo recusou a possibilidade de qualquer

dogmatismo resultante da “infiltração ideológica e utópica inerente ao socialismo” e que viesse a impedir a interpretação do capitalismo dependente e de suas vinculações com o imperialismo. Daí traçar considerações cerebrinas sobre “momento intelectual” e “movimento político”. Para ele, a premissa maior de uma sociologia crítica, sua condição primeira, seria “um movimento socialista, criativo, forte e independente.”

Em 1964, Florestan, intimado a comparecer perante o oficial encarregado do inquérito militar junto à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, dirigiu-lhe carta em que repelia a convocação e contestava as acusações difamatórias — quais fossem não se sabe. Ficou preso por alguns dias. Foi após esse período que resolveu aceitar convite para lecionar na Universidade de Toronto onde permaneceu durante três anos, só voltando ao Brasil após o, no Canadá, “aggiornamento”. Um dos últimos capítulos desse livro de 1976 chama-se “Geração perdida”.

Seria ociosa a descrição dessa trajetória, sob certas luzes exemplar, do sociólogo paulista, se não nos lembrássemos que a USP, seu Departamento e a disciplina em questão tornaram-se centros de irradiação desse socialismo marxista na medida em que professores de Ciências Sociais de Faculdades do interior de São Paulo, depois de todo o país, vieram abeberar-se nessas doutrinas e tornaram-se por sua vez focos de difusão dessa duvidosa luz, reproduzindo os chavões, as distorções interpretativas e o jargão pobre desses ensinamentos. Os professores eram assim formados, crismados e sacramentados em defesas de teses — muitas vezes, costuradas em fins de semana. Passaram a ensinar em cursos de ensino médio e superior. Em seus livros, provas e exercícios continuamos a encontrar marcas dessa servidão intelectual e os vestígios do seu linguajar.

Os anos 70 viram a tranqüila ocupação da Universidade brasileira por esse Marxismo faccioso. O fenômeno é tanto mais marcante quanto mais pesava, fora dos muros acadêmicos, a intransigência do regime militar, a censura sobre a imprensa e demais meios de comunicação, contribuindo tudo a agravar a atmosfera opressiva daqueles tempos, tão bem retratada, entre outros, nos livros de Zuenir Ventura, Márcio Moreira Alves e Fernando Gabeira, cuja obra mereceu, há pouco, ser levada às telas.

Enquanto aumentava a pressão ditatorial sobre a inteligência



e sobre as próprias Universidades, a infiltração marxista se processava as escâncaras, na cátedra e no livro, no controle efetivo do ensino e, às vezes, na administração dos Departamentos.

Embora não se possa subscrever, em forma ou substância, a frase saudosista de Zuenir Ventura — “a geração de 68 talvez tenha sido a última geração literária do Brasil” — não há (62) dúvida que os jovens universitários desses aflitos tempos liam bastante. Mas que autores? Marx não, certamente, não obstante a edição portuguesa da *Civilização Brasileira*, a não ser por dever e devoção, talvez por penitência, na intimidade das células e dos conciliábulos; mas certamente Marcuse, seu profeta que em *Reason and Revolution*, *Eros and civilization*, propõe uma hábil fusão entre Marx e Freud e dá aos jovens a arma ideológica que desejavam — a repulsa à tecnologia — cujos subprodutos gostosamente usavam — a liberação do sexo e da droga e a revolta contra os pais.

*Marcuse, em 68, era uma novidade ... Conciliando Marx e Freud, ele fornecia ambiciosos objetivos políticos ao movimento estudantil, já que o papel de vanguarda da revolução [dizia ele] se transferira da classe operária, engajada no processo produtivo, para as minorias sociais, para os marginalizados pela sociedade industrial e, principalmente, para os estudantes. Ensinava que, em lugar da exploração bruta, o capitalismo passava a impor novas formas de controle social, mais efetivas e agradáveis. Diante desse quadro, o proletariado, seduzido pela sociedade de consumo, passava a não pensar mais em revolução, só em casa de veraneio. Havia proposta mais sedutora para quem, como o jovem idealizado por Marcuse — parecia estar biologicamente destinado à revolta?*

Não foi Marcuse o único guru dessa geração. (63) Outros disputavam essa influência, Mao, Guevara, Debray, o pétreo stalinista Lukacz, sobretudo Gramsci, os autores da Escola de Frankfurt — Walter Benjamin, Adorno, o ascendente, jamais cadente, Eric Hobsbawm, marxista inglês, e o então noviço Umberto Eco que ainda esperaria alguns anos pelas grandes tiragens da perversa *O nome da Rosa*; e Althusser que propunha nova leitura de Marx, nova interpretação teológica dos santos livros.

A *Revista Civilização Brasileira* de Ênio da Silveira acolhia autores prestigiosos. Corria de mão em mão. Entre seus colaboradores o agora, avançado e liberal Alceu Amoroso Lima, o futuroso Fernando Henrique Cardoso, Ferreira Gullar, Paulo Francis, ao tempo trotskista — depois, em boa hora, convertido à democracia, por isso repudiado e mantido no escanteio — Nelson Werneck Sodré, Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho — todos crismados “aprendizes de Lukacz”.

Nas Universidades católicas a infiltração marxista continuou ao longo dos anos 70, como demonstra a crise instaurada na PUC do Rio, em 1979. Foi deflagrada pela censura imposta por ato do Diretor do Departamento de Filosofia a um texto do Professor Miguel Reale, escolhido por uma professora para leitura e debate. Reagiu a professora e uniram-se ao seu protesto outras vozes. Verificou-se que o mesmo diretor havia determinado a extinção da cadeira de Ética Social o que motivou reação de seu regente, o Padre Ney Sá Erp.

A polêmica transbordou dos muros da Universidade, dando ensejo a artigos em vários jornais do Rio. O Professor de Sociologia, escolhido e convidado pelo Reitor para dirigir e “sanear” o Departamento de Sociologia, encontrara no programa várias disciplinas de conteúdo marxista. No currículo de um dos professores figurava a distinção de ter participado em curso de guerrilha na Alemanha Oriental. Aos alunos do Curso Básico vendia-se um livro propedêutico, de leitura obrigatória, ostentando na capa nomes de professores do Departamento, na realidade contendo textos de Marx e de outros autores que normalmente deveriam ser estudados no último ano. Em nenhum momento se versava a Doutrina Social da Igreja, muito menos as Encíclicas.

Os artigos sobre a crise, na imprensa local, giravam, em geral, em torno do tema da liberdade de cátedra, o que desfocava o debate, porque em uma Universidade Pontifícia deveria primar a fidelidade à doutrina da Igreja.

Pelo menos, era o que rezava a *Constituição Apostólica* relativa às Universidades e Faculdades Eclesiais, que lhes traçava a missão de “constituir, por assim dizer, uma presença pública, estável e universal de mentalidade cristã em todo o esforço de promoção da cultura superior.” Nem a “cultura profana”, mencionada na *Constituição Apostólica*, podia ser interpretada de modo abrangente como o conjunto das doutrinas declaradamente anticatólicas. Além

do mais, era obrigatório que todos os professores assumissem publicamente o compromisso de não atacar, na cátedra, a doutrina da Igreja. Nesta embaraçosa exigência, nunca se falou, não mais se fala.

Na imprensa, a propósito da polêmica, veio à baila a tolerância — expressão mais aplicável a estabelecimentos outros que uma Universidade católica. Mais grave, ilustre pensador católico, mal instruído, escreveu denso e douto artigo onde declarou enfaticamente:

*...A libertas philosophandi, bandeira das Universidades renascentistas e ideal das próprias Universidades católicas... não está ameaçada em nossa PUC carioca... Não existe qualquer unilateralismo dominante, muito menos marxista. Estou certo de que o mesmo acontece com as demais universidades brasileiras. (64)*

As autoridades universitárias estavam convencidas de que controlavam a Universidade. Na realidade, a política era ditada pelos Conselhos Departamentais que selecionavam os membros de bancas examinadoras, os regentes das disciplinas, e *tutti quanti*.

Esse avanço se dava pelo boicote a qualquer dissidência e pela seleção dos detentores de cargos de ensino e administração departamental, muitas vezes à revelia da cúpula universitária, outras — é bom dizer, a bem da verdade — com a omissão delas e sua cumplicidade tácita.

Na Europa, nos arraiais das ciências da sociedade, muito antes da queda do Muro e do desmoronamento do regime soviético e dos seus satélites, o Marxismo era visto como doutrina sectária e ultrapassada. Com exceção da França, não desfrutava do prestígio intelectual dos anos 40 e 50.

Mesmo na França, Raymond Aron, desde *O Opio dos Intelectuais*, que é de 1955, marcava forte oposição à onda marxista; e, no seu aceso e contínuo debate com Sartre repelia as investidas de uma Esquerda enfraquecida pelas contradições de Moscou. Sem falar em Jules Monnerot, na sua *Sociologia do Comunismo*, que é de 1963, e nos autores católicos fiéis à Igreja que nunca esmoreceram na luta contra o materialismo e o idealismo hegeliano. *O Camponês do Garona* (1966) assinalou, de um ponto de vista estritamente filosófico, o que

seu autor, Jacques Maritain, chamou a “liberação da inteligência” desanuviando, nos meios católicos, uma atmosfera pesada de sartrismo e hegelianismo.

Em 1968, por ocasião do 150º aniversário do nascimento de Karl Marx, a UNESCO promoveu, em Paris, com outras entidades, amplo simpósio sobre “O papel de Karl Marx na elaboração do pensamento científico contemporâneo”. Colaboraram no encontro estudiosos de vários países, marxistas e não-marxistas — de Harbermas a Adorno, de Garaudy a Hobsbawm de Jean Hypolite a Marcuse. A esse colóquio compareceram dois ilustres brasileiros, os professores Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. O primeiro colaborou com um ensaio sobre “O modelo marxista na análise das estruturas econômicas subdesenvolvidas” onde analisa a interdependência entre a acumulação do capital e o progresso técnico. Nessas densas páginas, só lamenta o conhecimento inadequado da obra científica do autor de *O Capital*. “Tivesse sido seu modelo seriamente estudado e elaborado, ter-se-ia constituído mais cedo uma percepção mais profunda dos problemas do subdesenvolvimento.” Teria isso mudado, quem sabe, os rumos da Sudene?

Cardoso, de um ponto de vista mais sociológico, escreveu sobre “A contribuição de Marx à teoria da mudança social.” Apesar de algumas restrições à teoria marxista na sua aplicabilidade à situação contemporânea, afirma que “... a análise de Marx — como método de explicação do problema de mudança social, a saber de história, surge como contribuição de base à Ciência Social...condição da possibilidade das Ciências Sociais...” Ambos os professores, no limiar da movimentada década de 70, davam, portanto, seu pleno aval ao modelo marxista.

Nada parecia alterar, nestes trópicos, a tranqüilidade dos meios acadêmicos, cada vez mais dominados pela Esquerda, criando o paradoxo de um ensino superior eivado de Marxismo sob um regime militar em choque contra a guerrilha armada, o terrorismo e a subversão.

Como isso podia acontecer quando as autoridades educacionais e universitárias eram escolhidas ou aprovadas pelo Governo, quando um dos Ministros da Educação, era, ele próprio, militar; quando as Universidades eram submetidas a um sistema de fiscalização que chegava a extremos de espionagem policial, quando

as lideranças universitárias eram objeto e vítimas de constante e inquisitorial investigação?

É o que, a nosso ver, se deve a vários fatores que tentaremos analisar. Em primeiro lugar ao bom-mocismo típico do caráter brasileiro que aborrece as atitudes nítidas e cortantes, prefere as moles e acomodatócias. Além disso, por um erro de julgamento.

Enquanto as cúpulas universitárias e as autoridades educacionais imaginavam que conseguiam manter uma Universidade esterilizada dos bacilos esquerdistas, estes penetravam tranqüilamente nas estruturas formais e informais da comunidade universitária. Isso só foi possível depois que as Universidades cresceram em população, começaram a sofisticar sua organização e a adotar o modelo formal dos departamentos, copiado das escolas americanas, substituindo-os às antigas cátedras, consideradas anacrônicas e até “feudais”.

Esse modelo criava uma pirâmide de conselhos, desde o departamental — a célula acadêmica — até o Conselho Universitário. O controle desses conselhos passou a ser tema e alvo dos grupos de Esquerda que se dedicaram a essa tarefa com a habitual pertinácia, aplicando a esse objetivo todo o tempo e forças disponíveis. A eleição dos membros desses corpos, na estratégia de conquista do poder, tornou-se momento importante da vida universitária. Para isso mobilizavam-se todos os recursos e, com a notória falta de ética desses grupos — na eliminação dos adversários eram adequados todos os meios.

Em nome de uma suposta autonomia universitária, reivindicou-se para a formação dos corpos eleitorais uma participação cada vez maior dos estudantes e dos funcionários. Pleiteou-se para essas categorias, mais manobráveis pelos partidos e partidões, peso igual ao voto dos docentes.

Verdade se diga que os grupos de Esquerda, nem sempre constituídos pelos melhores alunos, recrutavam uma “galera” mais presente e assídua. Na realidade, para eles, com honrosas exceções, o estudo, a aplicação, a nota eram secundários diante da presença na eleição, na passeata, na assuada e no protesto.

Foram assim, aos poucos, conquistando conselhos e congregações onde se preparava a pauta para as reuniões dos Conselhos Universitários. Estabelecia-se, dessa forma, nesses corpos acadêmicos, verdadeiro rolo compressor que comandava as votações e as decisões.

A mesma pressão se exercia nos concursos para docência através da seleção dos membros das bancas examinadoras. Tudo começava nos exames da tese e da monografia, para mestrado e doutorado. Em geral, degraus iniciais para a plenitude da docência. Eram, via de regra, cerimônias, cujo ritual impecável, dentro das aparências, levava à consagração do certificado, do grau, do título. Supunha-se que o trabalho apresentado, dissertação ou monografia, atendia aos requisitos de desempenho e perfeição fixados pelos mais estritos padrões universitários.

Na prática, tal não ocorria. Casos houve de candidatos que encomendavam esses trabalhos a *ghost writers* bem pagos que se encarregavam de apresentá-los, em tempo hábil, para o exame. Daí por diante, o candidato se esmerava na memorização e na agilidade da desconversa diante de uma banca mais exigente e agressiva.

Esses comportamentos acadêmicos se conciliavam com uma cultura de formalismo e aparências. Nessa massa mole de complacências, a lâmina do Marxismo trabalhou com facilidade, ditando nomes, selecionando autores, discriminando outros, deturpando doutrinas e assoalhando inverdades, num trabalho eficaz de subversão da inteligência.

Na medida em que os Departamentos representavam a vida real da Universidade e os conselhos os comandavam, pouco fazia aos seus mentores que a cúpula universitária, alienada, continuasse a crer, de pés juntos, na pureza da doutrina e da prática democráticas. Essas boas intenções, nutridas na atmosfera rarefeita dos gabinetes de Brasília, desmoronavam na intimidade dos estabelecimentos de ensino, nas Universidades particulares, roídas pelo mercantilismo, e, nas Universidades públicas, pelo oficialismo e pelos compromissos políticos. Em uma Universidade Federal houve um Reitor, notoriamente de Esquerda, que preparou sua reeleição, nomeando três mil funcionários.

O modelo norte-americano prosperou, entre nós, dentro de um quadro institucional e comunitário muito diverso do anglo-saxônico, este dinamizado por uma participação efetiva e conduzido por lideranças autênticas, na clivagem dos grupos étnicos que se defrontam na sociedade americana, hoje presa das contradições de um liberalismo rousseauiano apodrecido.

Não se tratava de um confronto de idéias, de um debate leal

de doutrinas, mas de uma luta pelo poder, de um choque de burocracias que só levaram à massificação e à mediocrização do ensino, subordinadas suas exigências às solidariedades escusas das panelinhas universitárias.

Nisso capitularam os Governos militares que trocaram a realidade pela aparência e, absortos no progresso material e tecnológico, abandonaram a educação — e os problemas sociais — aos seus novos senhores, as lideranças da Esquerda. Apoiavam-se no pessoal miúdo da mídia, comodamente aconchegado nas redações de jornais e estúdios de TV, tidos como burgueses, conservadores, até reacionários — e que passou a manipular a notícia, o comentário, até o artigo de fundo.

É de notar que essa invasão não resultou, pelo menos nas Ciências Sociais, nem em obras notáveis, nem em pesquisas reveladoras. Ao contrário, produziu frutos ideológicos, demonstrações do óbvio, tendentes a apresentar ou expandir os refrões da propaganda esquerdista.

Passamos, desta forma, do dogmatismo positivista para a ditadura intelectual desse Marxismo vira-lata. Não se diga que nos enquistamos em sectarismos estreitos para essa afirmação. Cabe distinguir, com Wright Mills, entre Marx e os marxismos, escoimando a obra do economista e sociólogo, notável instrumento de crítica das sociedades burguesas, apesar dos seus erros e contradições — assinalados por Weber, Wright Mills, Raymond Aron e tantos outros — e a política de infiltração e subversão do marxismo-leninismo, o terrorismo cultural das elites de Esquerda que visam à tomada do Poder pelo Poder, em nome, é claro, da libertação das massas, da ascensão do proletariado e da superação do capitalismo.

Em nome desses ideais sacrificou-se, muitas vezes, a verdade científica e a verdade histórica, criou-se, à margem da narração imparcial dos fatos, uma anti-história e uma para-ciência. Em Ciência Social, o estudo objetivo da realidade, o rigor do método depurado por Le Play, Durkheim, Pareto, Weber, Sombart, foi substituído pelas análises de Lukacz, servo fiel de Stalin e pelas elocubrações de Sartre. Apagam-se claridades, cresceu a zona cinzenta entre a ortodoxia e as heresias marxistas. Os departamentos universitários tornaram-se a arena dos choques entre marxistas de stalinismo estrito, “cubanos”, maoístas, enfim, as diversas “linhas” em que se refratava a multiforme dialética nas discussões infinitas dos bares e cafés.

Nesses rodamosinhos ideológicos muitas experiências se perderam, pereceram muitas instituições. Esse descabro só por aí mereceria minucioso inventário. Haja vista o que aconteceu à Escola de Sociologia e Política, de São Paulo, criação de Donald Pierson — que tinha a mancha de ser americano de Chicago — demolida pelo grupo da Faculdade de Filosofia, no qual se alinhavam alguns dos seus ex-alunos Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Mario Wagner Vieira de Cunha. Absorvido pela USP, reduzido a mero Departamento, apagou-se esse notável centro de pesquisa sociológica onde, além de Pierson, Emilio haviam ensinado Willems, Humberto Baldus, Hiroshi Saito, José Vicente de Freitas Marcondes, Oracy Nogueira, e tantos outros, e de onde partiram importantes estudos e pesquisas. O mesmo ocorreu com o Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais (CLAPCS), por tantos anos dirigido por Manuel Diègues Júnior e cuja biblioteca e arquivo, depois de acidentado trânsito, acabaram vendidos a peso para uma fábrica de papel. Não mereciam respeito, não tinham importância dialética.

Não é ainda de silenciar o papel das Universidades e Fundações estrangeiras. Devemos à Sorbonne, por exemplo, a cabeça feita de vários cientistas sociais brasileiros, economistas e sociólogos. Nos Estados Unidos, várias fundações recrutaram técnicos na Esquerda liberal, de namoro fechado com o Socialismo e o PC, e que se fortaleceram com a crise do Vietnã. Vários brasilianistas alistavam-se nessas fileiras, embora financiados por bolsas do Departamento de Estado. Aqui, às vezes sem culpa, outras de ciência certa, eram assimilados e assemelhados às Esquerdas que julgavam democráticas — na verdade totalitárias ou meramente oportunistas.

Depois de 64, a problemática social brasileira também mudara. Enquanto os problemas rurais eram dominantes nas preocupações acadêmicas das décadas anteriores, bem como o tema das migrações internas e da assimilação e aculturação do imigrante — na década de 70, as cidades e sua problemática passaram a tomar lugar de relevo na ótica dos cientistas sociais, com elas, experiências de planejamento regional e urbano, de colonização interna, de favelização, de segurança urbana, de condição do migrante urbano.

Precisamente nessa época, quando a ciência social deveria afinar seus métodos para enfrentar esses novos problemas, muitos se empenhavam, ao contrário, na luta ideológica e esgrimiam com garbo



toda a parafernália do que se veio a denominar “sociologia do conflito” — como se a sociedade brasileira fosse ringue de boxe, aberto entre categorias abstratas, burguesia e proletariado. Hoje os mesmos conceitos se aplicam aos sem-terra, aos sem-teto, e assim por diante.

Os Departamentos de Ciências Sociais se alinhavam nessa metodologia, a tal ponto que se tornava difícil encontrar, entre estudantes, quem tivesse formação, gosto e curiosidade de pesquisador. A Escola de Sociologia e Política da PUC do Rio, dirigida pelo padre Fernando de Bastos Ávila — onde ensinaram Arthur Hehl Neiva, Mircea Buescu, Isaac Kerstenetski, Nilo Bernardes, João Paulo de Almeida Magalhães e tantos outros, passou a mero Departamento de Sociologia e Ciências Políticas e afundou no debate ideológico.

Esses fatos que se repetiram em outros centros universitários do país, explicam porque, nessa década, a Economia logrou posição privilegiada nos Conselhos do Governo e os economistas assumiram posição de liderança no trato da coisa pública. Não que seu campo fosse isento das mesmas divisões e conflitos, mas, ao contrário dos sociólogos, ofereciam propostas mais objetivas e inteligíveis aos governantes da época.

Dominaram, por isso, incontestes, a polêmica que se travou nesses anos em torno do desenvolvimento nacional ou do subdesenvolvimento. Monetaristas e estruturalistas dividiram-se — os primeiros depreciativamente considerados submissos à Escola de Chicago, dentre os segundos, muitos marxistas. Roberto Campos e Mário Henrique Simonsen, Octavio Bulhões e Eugenio Gudin, alinhavam-se entre os primeiros — Celso Furtado, Ignácio Rangel entre os segundos.

O Departamento de Economia da PUC-RJ, sob a direção de Isaac Kerstenetski, e outros, pôde manter sua qualidade e passou a fornecer técnicos aos órgãos do Governo, até Ministros. O mesmo ocorreu à Fundação Getúlio Vargas, sob a presidência de Luiz Simões Lopes, sua Escola de Economia e depois em 1951, o Instituto Brasileiro de Economia onde ensinava Simonsen.

A contaminação marxista estendeu-se, por imitação, a Departamentos universitários, até então, por sua natureza ou função, imunes à sua influência. Em alguns, produziu resultados cômicos, como no Serviço Social que, por sua própria natureza, parecia isento de

influxo ideológico. Eis que, de repente, esses Departamentos começaram a produzir teses de sabor marxista, enquadradas no esquema da luta de classes, na reação ao imperialismo capitalista e colonizador, e assim por diante. Hoje, certamente por um efeito de conversão devem voltar-se para o efeito de globalização, para as belezas do consumo e do mercado. Pesquisa mais aprofundada encontraria os mesmos efeitos nos Departamentos de História, Antropologia, Ciência Política, até Geografia.

É preciso notar que não estamos aqui diante de um mero choque de doutrinas, de um debate intelectual que poderia produzir lucros para os contendores. É característica do conflito ideológico deixar marcas profundas, mutilações, ressentimentos, sobretudo quando levado a termo, sem nenhuma preservação de princípios éticos fundamentais —quando transborda da oposição de idéias para a luta crua pelo poder.

A marxização da inteligência brasileira é tema mais amplo que o pretendido. Implicaria uma pesquisa e um aprofundamento em nossa história das idéias fora dos limites deste trabalho. Não se trata, repetimos, de minimizar a obra de Marx mas de separá-lo dos marxistas locais e traçar as derivações que aqui tomou o Marxismo e seus efeitos na vida universitária brasileira, no revolucionarismo explícito dos anos 60 e 70: Não foi somente entre os que tal ocorreu “O revolucionarismo atual”, depunha Vamireh Chacon, em 1965, “propelido pela demonstração espetacular da experiência bolshevista, tornou-se rapidamente um fenômeno universal.” (65)

Nem a Revolução de 30, nem o populismo que a ela resultou, conseguiram aplacar as inquietações e atender às aspirações do povo brasileiro. Destes, os estudantes e professores universitários constituíam parcela pensante e atuante. O Marxismo então praticado era mera reação da inteligência às compressões censórias do Estado Novo. O que se estudou de Marxismo, então, foi limitadamente instrumental, sem maior profundidade, haja vista os estudos de Caio Prado Jr., sua *Dialética do Conhecimento* (1952), obra extremamente obscura, contrastando com fundamentais de história social e econômica, sobre a formação de seus livros do Brasil. Assim, a *História da Burguesia Brasileira*, de Nelson Werneck Sodré (1964).

Nos anos 60, a panela de pressão do revolucionarismo ainda se mantinha em fogo lento. Nesses anos, pôde ainda travar-se uma

polêmica entre Djacir Menezes e Jacob Forender sobre “a inassimilação de Hegel pelos marxistas soviéticos”. (!) Por esse tempo, Chacon, podia escrever: “...O Marxismo continua sendo, no Brasil, um catalizador sobretudo humano, apesar das tentativas do PC de levá-lo ao campo e não obstante a atividade de socialistas como Francisco Julião...” (66)

Esse diálogo intelectual foi sustado e alterado pela série de mutações políticas que levaram à ascensão de João Goulart ao Poder.

As esquerdas marxistas não perderam a oportunidade oferecida por um governo apático e indiferenciado que procurava manter uma fachada liberal. Explodiram movimentos — como a Cultura Popular de Pernambuco, o Centro Popular de Cultura da UNE, que assinalavam, como observa Vamireh Chacon, “uma marcha para o povo quase nos moldes dos populistas russos de fins do século.” Tudo isso acompanhado de intenso movimento editorial — os *Cadernos do Povo*, os panfletos da Universidade do Povo, sem falar em farta literatura, novelesca e teatral. Seria impossível relacionar a quantidade de obras esquerdistas ou esquerdizantes, então produzidas, que serviam ao leitor Marxismo requentado de vários temperos.

A Revolução Cubana e a aberta adesão de Fidel Castro ao regime soviético abriram novas possibilidades ideológicas ao revolucionarismo. A preocupação de nacionalizar Marx era constante nos marxistas brasileiros que por aí pretendiam se diferenciar dos “utopistas,” adeptos do modelo teórico estritamente soviético, que pretendiam fazer a revolução com o proletariado industrial e urbano. (67) Enquanto isso, os cubanos propunham uma revolução agrária e um modelo social, em condições, afirmava-se, muito semelhantes às do Brasil, sobretudo às do Nordeste. Começou então a peregrinação à meca comunista do Caribe que ainda não cessou, incentivada até por organismos internacionais ainda escolhida Havana vez por outra, para sede de seus encontros e Congressos.

É esse período de fermentação marxista onde se repetem ortodoxias e heresias, onde se chocam e mal conciliam os clássicos — Marx, Engels, Lenin — com os novos teóricos como Sartre, Lukacz, Althusser. É o tempo das “apostasias” — de Oswaldo Peralva e Agildo Barata. É quando se produz farto material de leitura, original e traduzido, em história, economia, sociologia, pedagogia, revistas como *Tempo Brasileiro*, de Eduardo Portela e a importante contribuição da

Editora Civilização Brasileira. Tudo isso serviu de lenha à fogueira das esquerdas universitárias.

Com a Revolução de 64 e a ditadura que lhe seguiu, mais o aparelho censório manejado por mãos "incientes", perdeu-se a possibilidade de uma crítica objetiva que se contrapusesse à Esquerda marxista e, até, propiciasse possibilidade de uma Esquerda Democrática, apta a desfraldar a bandeira das reformas sociais sem identificação ou vinculação com o Marxismo, a "ditadura do proletariado" e a subversão.

## VI

Quem lê certos autores pensa que se deve ao Marxismo o grande progresso nas Ciências Sociais.

Acertava L. A. Costa Pinto ao afirmar que o surto das Ciências Sociais, na década de 30, resultou de um esforço no sentido de formar uma consciência crítica e científica dos problemas do mosaico brasileiro. (68) Nesse empreendimento, o Marxismo representou apenas parte, não, como sustentam muitos, o responsável maior pelo avanço na interpretação do Brasil.

Na verdade, deve-se a um processo de amadurecimento para o qual convergiam vários elementos: a introdução das Ciências Sociais no currículo do ensino secundário, pela Reforma Francisco Campos; a criação da USP, da Universidade do Distrito Federal, da Faculdade Nacional de Filosofia; a organização do Departamento de Cultura em São Paulo; a atuação do demógrafo italiano Giorgio Mortara no Censo Brasileiro; a Fundação IBGE; e o lançamento da coleção "Brasiliana" pela Companhia Editora Nacional. Chacon acrescentou oportunamente a Semana de Arte Moderna de 22, em São Paulo, e o *Manifesto Regionalista*, do Recife, em 26.

Destaque-se nesse movimento de autodescoberta do Brasil, e na quase "mania pelos estudos sociais" dos anos 30, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, criada em 1933 e integrada em 1938 na USP como instituição complementar. O *Manifesto* em que se proclamava a necessidade de sua criação, após a Revolução de 32, firmado por figuras de prol na vida intelectual e econômica de São Paulo, falava no imperativo da formação de uma elite intelectual e técnica, qualificada em Ciências Sociais, com a missão de orientar e

dirigir a expansão econômica do Estado. Aí já se encontra esboçado o núcleo ideológico da tecnocracia que viria a constituir em breve um dos alicerces do Estado Novo e cuja formação seria assumida, no Rio de Janeiro, pela Fundação Getúlio Vargas, através de suas Escolas de Economia e Administração.

O homem que dedicou anos da sua vida à Escola de Sociologia e Política foi Donald Pierson, discípulo de Robert Park, da Universidade de Chicago, que congregou, em São Paulo, professores e pesquisadores nacionais e internacionais. Seu livro *Teoria e Pesquisa em Sociologia* (1940) mereceu mais de vinte edições e ainda hoje é usado pelos que cultivam a impropriamente e depreciativamente chamada “sociologia empírica”. É extensa a lista das pesquisas e publicações da Escola, ou por ela inspiradas, e das quais ninguém fala, soterradas pela enxurrada marxista que inspirou tantos desvios e defecções. (69) Representou a Escola, de fato, um “curso superior de Ciências Sociais”. Enquanto isso, a Faculdade de Filosofia da USP, na opinião de Chacon, imprimia sentido mais humanístico a essa renovação; e importava professores europeus, sobretudo franceses, italianos e alemães.

No Rio, nem a UDF que pereceu numa crise política (70), nem a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, criada em 1939, sob a orientação de Gustavo Capanema e a direção de Alceu Amoroso Lima, submetida, desde a origem, a rigoroso controle doutrinário de Direita, nem uma, nem outra — apesar dos professores estrangeiros, sobretudo franceses, também contratados e que aqui permaneceram devido à crise da II Guerra Mundial — lograram a mesma irradiação da instituição paulista.

Em 1945, Gilberto Freyre criava, no Recife, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais. Gilberto bebera nas fontes do Pragmatismo através de Spencer, de Boas, e aprendera com o pernambucano Oliveira Lima a precatar-se contra toda espécie de dogmatismos, o que o imunizava contra o marxismo rampante no Nordeste. (71)

Essas iniciativas representaram ilhas de consistência e coerência científica nas Ciências Sociais que resistiam à maré montante da marxização dos anos 60 e 70, estimulada e favorecida pelos órgãos oficiais nos Governos Juscelino e Jango, depois paradoxalmente apoiada pela tecnocracia dos Governos militares.

Enquanto isso, alguns sociólogos e antropólogos, indiferentes ou impenetráveis à ideologia, continuavam sua obra — o próprio Gilberto Freyre e o grupo do Joaquim Nabuco, Thales de Azevedo, na Bahia, o núcleo de Ciência Política, fundado por Orlando de Carvalho na Universidade Federal de Minas Gerais (e sua *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, lançada em 1956), a disciplina de Sociologia Rural da Universidade Rural de Viçosa, e outros mais. O CEBRAP – Centro Brasileiro de Análises e Planejamento, criado nos anos 70, sob a égide de Fernando Henrique Cardoso, acolheu, como o IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, alguns elementos tresmalhados das hostes esquerdistas. Financiado pela Fundação Ford, publicou estudos e pesquisas de relevo.

De um modo geral, no entanto, a maioria dos Departamentos de Ciências Sociais, pelos fatores enunciados, capitulavam. O Marxismo, nos seus múltiplos avatares, virou primeiro ideologia, depois modismo.

A militância marxista dos anos 70 ampliou seu leque no processo de redemocratização. Abria-se, vasto, o campo dos direitos humanos — a defesa das minorias étnicas, do negro e do índio, a reivindicação feminista ou de gênero, os meninos de rua, a defesa dos transviados e travestidos de toda natureza, dos sem terra, dos sem teto. Com a explosão dos velhos partidos comunistas e a emergência do petismo, todos se tornaram “conversos” a uma vaga ideologia socialista, caracterizada antes de mais, como contrária ao capitalismo — sem restrições — à privatização e, sobretudo, ao “imperialismo norte-americano” — todos repudiando comodamente o stalinismo, ontem cultuado de joelhos. A cultura, em geral, passou a ser o território de eleição dessa nova Esquerda — o que quer dizer a manipulação do livro, sobretudo do livro didático, do rádio e da TV; no jornal o controle do comentário, sobretudo nos jornais *soi-disant* burgueses de ampla circulação que defendem, nos editoriais, uma doutrina liberal ou socioliberal.

Na Universidade, hoje, pouco se fala em Marx — autor obscuro e obsoleto. O “quente” é Gramsci, são os autores da Escola de Frankfurt, sobretudo, os franceses fronteiriços que namoram, sem casamento, com o Marxismo, os “liberais” ingleses e norte-americanos.

Um economista de renome, hoje em processo de academicismo, o Professor Celso Furtado — que, em 1958, no Seminário de

Garanhuns, seguindo, mera coincidência, a orientação leninista do PC evitava qualquer debate sobre reforma agrária — nos deu, com seu habitual brilho, a chave desse fascínio.

*Qualquer que seja o nome que se lhe atribua, é impossível combater frontalmente essa doutrina (o marxismo) pois ela encerra os anseios profundos do homem moderno. Suas raízes mais vigorosas vêm do humanismo renascentista que recolocou na pessoa humana o foco de seu próprio destino, e seu otimismo congênito emana da Revolução Industrial, que deu ao homem o controle do mundo exterior.*

O próprio Vamireh Chacon, num arroubo muito de temperamento e pouco de inteligência, escreveu: “*O Marxismo encarna, mais do que qualquer outra Filosofia atual, este apelo fático e prometico... Trata-se de um ‘assalto ao céu’ na expressão do próprio Marx. Que se pode mais exigir.*”

O Professor Chacon encontrava precisamente o encanto do Marxismo (sic) no fato de que “em qualquer de suas variantes permite traduzir o diagnóstico da realidade social em normas de ação.” Isso não acontece com o Cristianismo, segundo o mesmo autor, pois pretende “informar” (sic) esta ação, o que não basta, pois se tornou tão complexa que exige uma própria Filosofia e esta, *hélas*, só pode ser construída pelos experientes do engajamento.”

No entanto, o sociólogo pernambucano acerta quando procura a razão da popularidade do Marxismo entre os jovens do seu tempo (mas somente entre eles?). “Toma muito tempo construir uma Filosofia da Ação; daí os jovens buscarem a praxis marxista-leninista, relegando seu Cristianismo a uma posição adjetiva...”

Para Chacon, àquele tempo, jovem, professor,

*...o Marxismo funciona então não só como uma racionalização do protesto contra a miséria, como também desempenha o papel de um novo humanismo factivo, dinâmico, novo espírito de uma época privada de espírito, na expressão de Marx, superação onde outras esperanças não conseguiram plenificar.(72)*

Tudo isso é escrito após a fase em que a Esquerda se transforma

em canhota, aliava-se ao peleguismo, e quando o esquerdismo não implicava cadeia mas virava carreirismo e resultava em emprego — isto é — no período de 1961 a 1964.

Durante a Ditadura militar assiste-se a dois fenômenos importantes: o aparecimento de uma “teologia da libertação” e a identificação de Esquerdas e Direitas com a forte corrente do Nacionalismo — o que vinha ocorrendo desde as postulações ideológicas de alguns técnicos do ISEB.

A queda do Muro não alterou muito essa ordem de coisas. A Esquerda brasileira não se sensibilizou para o desmoronamento do Marxismo na Europa, nem fez um *mea culpa* expiatório. Limitou-se a um protesto anti-stalinista e declarou-se, com poucas exceções, ortodoxa-socialista, o que inclui desde o nacionalismo estatizante até a coletivização da terra e da casa - rede ampla que acolhe incautos e inscientes de todos os matizes.

A Esquerda universitária atravessou incólume todo esse tormentoso período. Por passividade ou preguiça mental nenhum esforço fez para elaborar uma doutrina própria. Os chavões continuam a se repetir nas teses de mestrado e do doutorado, nas salas de aula e, o que é pior, nos cursos onde se formam os professores do ensino médio, cujos alunos papagueiam nas provas, aforismas de mestres e autores de compêndios marxistas.

## VII

Que resta hoje do Marxismo? A doutrina oficial, como tantas outras ideologias, entrou em crise a partir de 68. Sua falência foi declarada formalmente por Gorbachev e consumada com a queda do Muro. A derrocada dos regimes socialistas nos países da Europa Central foi a seqüência lógica desses acontecimentos, para não falar do desmoronamento da União Soviética. Desvendou-se a grande mentira desses regimes, a democracia de fachada, o falso igualitarismo de desiguais, a precariedade da sua economia e sua indigência tecnológica.

A crise política, como sói acontecer, já fora precedida pela crise intelectual, deflagrada desde a rotura do imobilismo stalinista. Como toda religião monolítica, o Comunismo gerou heresias. O primeiro a dar o grito de sublevação, nos anos 50, foi o francês Louis



Althusser, ensinando uma nova leitura de Marx. Pela primeira vez, admitia-se que a doutrina, supostamente imutável e eterna, estava condicionada à mutabilidade da circunstância social, era uma ideologia como qualquer outra, sujeita a desmitificação — o que dava razão a Mannheim.

Claro sintoma dessa inquietação que já lavrava nos arraiais marxistas, as discussões travadas no Congresso Internacional de Sociologia, convocado em agosto de 1956, em Amsterdam. Singularizava-o a excepcional presença de 40 representantes do bloco comunista que, pela primeira vez vinham travar diálogo com seus colegas ocidentais. Um dos tópicos desse conclave era o próprio Marxismo. “O Congresso começou”, escreve um dos participantes, “como aventura científica; mas acabou em conflito ideológico.”

A razão principal do fracasso foi o primitivismo dos sociólogos russos. Os ocidentais ouviram com espanto longas arengas sobre os direitos da mulher, benefícios trabalhistas, frases feitas sobre as belezas do regime soviético e chavões no melhor jargão marxista. “Os russos”, constata espantado o desprevenido observador, “não tinham ciência social, marxista ou qualquer outra.” (73) O diálogo, na realidade, só se travou, entre os ocidentais de um lado, e checos, alemães orientais, poloneses, e até iugoslavos — que todos ignoravam soberanamente os russos. Note-se que, no campo ocidental, havia de um tudo — católicos, existencialistas, liberais e até marxistas, neo-marxistas e ex-marxistas, representantes da chamada Esquerda democrática.

*Foi durante as sessões formais [narra o sociólogo inglês Birnbaum, esquerdista ele próprio] que os delegados encontraram, pela primeira vez, os comunistas. As comunicações russas impediam qualquer conversa. Eram textos de propaganda, escritos em tom que desafiava contradita ou mesmo questionamento. Ouvimos textos sobre a lei eleitoral visivelmente democrática da União Soviética, a ampla participação nas decisões públicas, a igualdade dos indivíduos perante a lei — declarações que careciam de comentário. Raro os oradores soviéticos se referiam aos problemas de sua própria sociedade, assim mesmo como ‘resíduos da era burguesa. Pouco citavam dados*

*estatísticos e seu discurso era tão difuso que raro abordava áreas em que muitos ouvintes seriam menos céticos.*

A grande questão — v.g. como seria a estratificação social numa sociedade sem classes — mereceu apenas comentários retóricos. Simplesmente porque os delegados soviéticos não conseguiam ver — ou eram proibidos de ver — os verdadeiros problemas de seu país. Um dos participantes russos estranhou, na fala de seus colegas, referências a “classes médias”. “Não é suficiente ‘burguesia’ e ‘proletariado’?” — perguntou. Para sorte dos congressistas um participante polonês não-marxista, analisou cruamente a estrutura de classes dos países comunistas. Os poloneses, notadamente, tinham mentes e ouvidos abertos. Os mais livres, no entanto, eram os iugoslavos, ainda que funcionários do Governo, ainda que marxistas.

Na época do Congresso, os intelectuais franceses, no entanto, com as honrosas exceções que conhecemos e já mencionamos, ainda viviam uma fase de fascínio pelo Marxismo. Birnbaum a atribui não só a certa ambivalência em face do PC francês como à persistente tradição socialista na qual o próprio Marx fora buscar algumas de suas idéias.

Do Congresso resultou cerrada crítica ao autor de *O Capital*, ferindo algumas de suas teses, máxime, a divisão da sociedade em burguesia e proletariado. O surgimento de uma classe média que não se identificava com os exploradores, levaria, no Ocidente, como lembram alguns, a novas formas de Revolução social que Marx não previa. Caía por terra outra das suas teses — a caracterização do poder político como mera função do poder econômico, em face de tantas situações em que os novos interesses do Estado, através de instituições políticas e jurídicas, alteravam o equilíbrio de poder em favor dos operários. Finalmente, o problema da exploração parecia deslocar-se para a esfera internacional e para novas formas de imperialismo. Questionou-se ainda o conceito de alienação e pôs-se em dúvida a verdade do materialismo dialético como filosofia.

Salto por cima de detalhes do debate, não menos expressivos. Ficou manifesta a rotura do monolitismo soviético que se tornaria patente nos anos seguintes. A aproximação entre sociólogos do bloco europeu oriental era maior do que entre estes e os colegas soviéticos, prenúncio das dissensões e “heresias” da década. (74)

Durante os anos 60, perdido o movimento sindical, o novo cenário eram as instituições de pesquisas e os *campi* universitários. Não é estranho a tudo isso o choque entre os velhos esquerdistas, entronizados nas burocracias, e os jovens acadêmicos que pediam passagem nas novas organizações.

Por esse tempo, em livro duramente criticado e contestado, o sociólogo norte-americano, Daniel Bell, anunciava o “fim da ideologia” (1960) — entendendo por isso a ideologia de Esquerda. Antecipava uma série de transformações sociais e econômicas que pareciam levar a uma transição a partir dos sovados conceitos das contradições do Capitalismo, da ordem burguesa, da luta de classes — para uma nova ordem de conciliação social, destituída de ideologia e do conflito. Nessa mesma ordem de reflexões, o mesmo Daniel Bell produziria em 1976 seu livro sobre a “sociedade pós-industrial”, otimisticamente definida pelo surgimento de padrões de vida mais altos, a remoção das distâncias e conflitos entre classes graças à educação das massas, à produção e ao consumo de massa.

Os estudiosos do Marxismo não se cansam de apontar os fatores de esclerose na velha doutrina: os expurgos stalinistas (1934-36), o macartismo, o impacto do capitalismo avançado, a evasão para os partidos não-comunistas de Esquerda, a opção pela Democracia Social — academização do Marxismo; a substituição da preocupação de classe por novos valores — a etnia, o gênero e o sexo — os movimentos anti-racistas, feministas e homossexuais. Tudo isso, nos Estados Unidos desloca a frente marxista do Partido e do Sindicato para o movimento e a Universidade, reduzindo a Revolução ao protesto, à passeata.

Essa reação contra o Marxismo ortodoxo e dogmático — o do PC e do Comitê Central — abria a possibilidade para o que um autor chamou de “marxismos alternativos”. Houve até quem falasse em “milhares de marxismos”. Sem chegar a tanto não se pode ignorar a significativa mutação desse socialismo “científico” e burocrático que continua a representar, mal e mal, o socialismo revolucionário — como o maoísmo, a revolução cultural chinesa, o guevarismo e a revolução cubana. Essas ideologias vão alimentar os acontecimentos de maio de 1968 em Paris e o mito revolucionário dos “cravos” em Portugal em 1974 e 75. Essas “linhas”, por sua vez, dariam gordos filhotes nas Universidades brasileiras — até nas católicas.

Em 1977, Louis Althusser, em Veneza, dera como instaurada a crise do Marxismo, centrada na rotura do núcleo marxista-leninista e que atingiu em cheio o PCF (Partido Comunista Francês).

A época, esses anos 70, marca o advento dos novos gurus estudantis — Sartre e Merleau-Ponty, Nicos Poulantzas, Castoriades, Foucault, que passam a figurar, por aqui, imediatamente, nas teses e dissertações dos nossos plúmitivos.

Em terras de França, o Marxismo clássico sofria eclipse, a tal ponto que um autor podia escrever:

*Desde 1975, a totalidade do cenário intelectual tinha sofrido alteração. Sob o impacto de sua própria fraqueza, uma história inclemente, mudanças filosóficas, e uma campanha ideológica — o Marxismo, paradigma que tinha gozado de enorme prestígio desde a libertação (da Europa), foi reduzido a status marginal. (75)*

Enquanto isso, do outro lado da Mancha, paradoxalmente, a doutrina convalescia graças a E.P. Thompson (1978) que ataca Althusser, sua filosofia idealista, sua teoria social burguesa, sua política stalinista. O embate do tatcherismo e do reaganismo forma o pano de fundo desse Marxismo inglês. É Althusser quem domina esse período de retorno a Marx na Inglaterra e restabelece o materialismo histórico como programa de pesquisa.

Curiosamente, alguns teóricos marxistas acompanharam Daniel Bell, senão em suas conclusões, pelo menos na descrição dos mesmos processos. Inaugura-se, dessa maneira, nos anos 80, a fase do chamado “pós-marxismo” — não há um pós-moderno? — em que Capitalismo, Liberalismo, Imperialismo — de um lado — Socialismo de outro, seriam superados por novas formas econômicas e sociais exigindo uma renovação da mutável interpretação marxista.

Entre outras coisas, esses autores viam o crescimento da classe dominante além das fronteiras políticas, pela integração de interesses nacionais diversos numa nova base intelectual e pelo surgimento de uma burguesia transnacional, o que abria alternativa para um entendimento determinístico do Imperialismo e do conceito ortodoxo de dependência. Era enfim, a globalização que apontava para uma nova política dando lugar a uma “democracia radical”. (76)

Assim, aos poucos, no curso da década de 80, o Marxismo ortodoxo e “científico” vai despindo suas características dominantes — como um prédio erodido pelas intempéries, que, de nobre mansão se torna confuso pardieiro, perdendo aqui uma viga, lá uma parede, até o desmoronamento final da cumieira. No movimento estudantil de Berkeley (1984-86), por exemplo, a Esquerda se dividia em “sectária” — herdeira do credo marxista-leninista “ortodoxo” — e a progressista — que admitia a aliança com o Partido Democrata Americano e a coalizão com o pacifismo em busca de um pluralismo de ocasião, abrindo a guarda para uma política de concessões e acomodações, rumo ao Poder. Por seu lado, a luta de classes, depois da derrota do Vietnam, transferia-se gostosamente para a esfera internacional.

Ora chamados de novos revisionistas — para distingui-los do revisionismo de Bernstein e o dos anos 60 — o de Krushev e Mao e da Nova Esquerda (77) — ora rotulados de “novos verdadeiros socialistas” — todos pareciam acordes em repelir a classe como conceito absoluto e, assim também o proclamado motor da história — a luta de classes que teria propellido a tardia humanidade desde o Neolítico, Grécia, Roma ... Depois da *trahison des clerics* esses novos teóricos denunciavam a defecção da classe operária que descumpria sua missão revolucionária e repelia a bandeira vermelha do proletariado. O modelo da luta deveria agora incluir uma gama maior de *clerics* distribuídos por vários estratos, grupos e interesses.

Foi principalmente sob essa forma que a América Latina, sobretudo Argentina, Chile e Brasil — importou os novos enlatados marxistas, trocando a febre revolucionária por uma acomodada e pacífica ascensão de rampas palacianas de braço dado com os partidos populistas ou pela infiltração obstinada nas burocracias e tecnocracias de Estado. Delas, o primeiro escalão era necessariamente a Universidade. A antiga semântica — classe, luta de classes, classe operária, ditadura do proletariado, é lançada ao entulho da história e o próprio socialismo passa ao horizonte remoto dos futuros possíveis.

Nesse pós-marxismo, rejeita-se a análise das relações de exploração entre capital e trabalho como foco central dos mecanismos de acumulação e reprodução do capitalismo; a política e a ideologia tornam-se autônomas em face da economia e, por isso mesmo, a ciência econômica deixa de atrair a atenção dos marxistas; a classe e a luta de classes perdem sentido diante da nova ênfase no pluralismo, nas organizações políticas e nos interesses de grupo.

Nesses novos cenários dos anos 80 formam-se duas correntes.

a) Os “marxistas analíticos” ou “subjativos” (Roener, Elster, Cohen, Olin Weight, Przeworski, Bardhan), que, de certa forma retomam, nas Ciências Sociais, a tradição positivista e defendem uma marxização de escolhas individuais — daí o apodo de *subjativistas*. A classe é reduzida a decisões individuais. A base de exploração é a posse desigual de bens. Legitima-se, no melhor figurino positivista, o uso do número e da estatística — e o que é importante, limam-se as arestas que poderiam dificultar o acesso aos corredores acadêmicos e aos palácios da burocracia. O Marxismo nessas mãos impuras vira psicologismo o que muito surpreenderia Gabriel Tarde, — mas nem tanto os behavioristas.

b) A outra corrente seriam os neo-estruturalistas, de certo modo ainda filiados a Althusser que fixam sua atenção nas estruturas impostas pelo “sistema”. São elas que reprimem a bondade inata do homem, seus impulsos criativos. Ganhou longo curso nos trópicos entre leigos e clérigos. Gramsci, o pensador italiano, prestigiado pelo cárcere, onde escreveu boa parte de seu trabalhos, seria o motivador dessa corrente, daí sua popularidade entre nós, como sua análise do confronto entre o Estado e a “sociedade civil” — expressão que corre mundo. Abrem, ainda, esses técnicos uma oportunidade confortável de consórcio com as correntes funcionalistas e estruturalistas das Ciências Sociais, através de Malinowski, sobretudo de Foucault, novo guru dos tempos, mais Lacan e a psicanálise, e a Antropologia estrutural de Levi-Strauss. O gume da análise corta agora as “estruturas internas ocultas” do capitalismo e os aparatos do Estado (políticos, jurídicos, ideológicos, etc.) que permitem às classes dominantes oprimir e explorar a classe operária. A escassez e insegurança do sistema pressionam o indivíduo. Poulantzas, nova estrela, lido e citado *urbi et orbi*, sustenta que as atividades do Estado são determinadas pelas estruturas da sociedade, mais que por pessoas em posições de poder. Longe estamos do herói carlileano e do super-homem de Nietzsche. O sistema, o famoso “establishment” é o *deus ex machina* que aciona essas invisíveis alavancas. Samir Amin disserta sobre a dependência, Emanuel Wallerstein sobre o Sistema Mundial. “Tudo é produto de tudo mais” (78) — fórmula extraordinária que nos faz ter saudades da clareza positivista.

Parece, portanto, ocioso falar em Marxismo depois de tantos avatares — queda do Muro, Glassnost, derrocada da União Soviética. O Socialismo de vários matizes continua, no entanto, ovante em países da Comunidade Européia e nos últimos pleitos levou à derrota eleitoral os neoliberais.

Não se trata, é certo, do Socialismo marxista, este definitivamente morto. Não na Universidade brasileira, todavia. Aqui continua a se propagar a velha doutrina, ora no antigo jargão, mais sob as espécies do petismo, à sombra da foice e do martelo. Concluem, por isso, os Chilcote, Ronald e Edward, ao fim de sua minuciosa análise: “qualquer que seja a forma de democracia, a estrada para o Socialismo será difícil, quer seja tomado o caminho desenvolvimentista ou o revolucionário.” Põem suas esperanças num “pensamento novo” e em um esforço para relacionar as elucubrações teóricas às condições reais modeladas, reconhecem pela ordem capitalista internacional contemporânea de efeitos imprevisíveis tanto sobre o Capitalismo como sobre o Socialismo.

Essa busca de uma via média tampouco é novidade. Em 1936, o jornalista Marquis W. Childs lançava um ensaio de grande repercussão: descobria essa trilha conciliatória compromisso construtivo entre socialismo e capitalismo — precisamente na Suécia. Depois, — em edições posteriores da obra, datadas do pós-guerra — na tranqüila Dinamarca. (79) Esses países nórdicos teriam atingido estabilidade, ordem e sanidade (sic) não através de descabeladas e desumanas utopias, mas graças à perseverança no seguir um fio de civilização pautado pelo cooperativismo, pelo domínio de tecnologia, pelo sindicalismo e pelo bloqueio de tentativas de monopólio da empresa privada. Nesta virada de século, no entanto, a Suécia perdeu muito de seu charme, vitimada pela alta taxa de suicídios, a carga tributária que ameaça a cidadania e a melancolia que transpira da vida nesse paraíso, tal como a retratam os filmes de Bergman.

Outro autor, mais próximo de nós, que buscou, por outros caminhos, em pleno debate sobre o desenvolvimentismo, uma saída ou compromisso para o dilema Capitalismo ou Socialismo, foi o economista francês L-J Le Bret que exerceu certa influência, nos anos 50 e 60, nas elites políticas brasileiras. Homem do mar, ex-oficial da marinha mercante, ingressou na Igreja na Ordem exemplar dos filhos de São Domingos e dedicou-se ao estudo da economia. Mais homem

de ação que pensador e contemplativo, sofreu a influência de François Perroux que talvez lhe tivesse chamado a atenção para o Terceiro Mundo, então chamado subdesenvolvido. Nos anos 50, já orientava um plano de desenvolvimento em Pernambuco e em 1952 instalava, em São Paulo, um escritório de estudos do movimento “Economia e Humanismo” que fundara, anos antes, na França. Sob essa sigla coordenou e realizou vários estudos no Brasil, sobretudo em São Paulo, nos Estados da Bacia Paraná-Uruguai e na metrópole paulista, cujo plano diretor elaborou. Inspirou ainda o estudo pioneiro das favelas do Rio de Janeiro, realizado por uma equipe interdisciplinar coordenada pelo autor destas páginas.

Na habitual distorsão de imagens a que submetem homens e acontecimentos, alguns tentaram transformar L-J. Lebrete, católico e dominicano, homem do universal — em marxista. Isso era fácil desde que lidos seus livros em transversal — ou saltando capítulos. A crítica de Lebrete ao capitalismo era, antes de tudo, moral, para depois ser econômica. Voltava-se contra o egoísmo dos possidentes, contra a avarícia do lucro e contra a injustiça. “O maior mal do mundo não é a pobreza dos necessitados, mas a inconsciência dos abastados e dos fartos”, escrevia em 1966. (80)

Impossível qualificar de marxista ou de simpático ao comunismo quem intitulara um capítulo de livro — “A solução ilusória — o marxismo”. Muito menos, quem escrevia, nesses aflitos anos 60,

*....o mundo caminha pois para uma situação insolúvel...  
As democracias nominais dos países subdesenvolvidos  
dissimulam ditaduras de fato, incapazes de resolver as  
tensões internas... Decepcionadas em suas ilusões, as  
massas serão sujeitas ao fascínio da miragem comunista;  
a Rússia, no entanto, será incapaz de enfrentar a tarefa de  
organizar uma humanidade desarticulada. E o resultado  
será, provavelmente, vir o mundo a passar por uma fase de  
anarquia.*

Previsão pessimista? Só o futuro poderá dizê-lo.

É inegável, nessa época, a insatisfação em face dos dois regimes — uma economia de Estado e uma economia de mercado; e a busca aflita de uma solução, intermédia ou não, que esquivasse as



duas opções. A chamada Primavera de Praga representou por momentos essa possibilidade, logo esmagada pelos tanques soviéticos. O populismo sindicalista, entre nós e na Argentina, encarnou a mesma miragem. Nosso capitalismo de Estado, imitação cabocla do Estado do bem-estar, não logrou romper as cadeias do subdesenvolvimento, e da exploração dos pobres e dos fracos pelos ricos e poderosos contra a qual Lebrecht clamava. A esperança, agora, é o neoliberalismo e a economia de mercado.

Neste mapa, forçosamente rápido e superficial das propostas de terceira via, não se poderia esquecer a concepção solidarista do sociólogo Padre Fernando de Bastos Ávila, que empolgou intelectuais e empresários dos anos 70 e buscou conciliar o lucro com o imperativo do bem comum.

No mais acesso da luta ideológica, em 1964, Pe. Ávila tinha coragem de escrever:

*É um simplismo imaginar que existe apenas uma alternativa: ou Capitalismo ou Socialismo. É simplismo imaginar que o Socialismo seja a única fórmula eficaz para superar as iniquidades do Capitalismo. Entre um e outro, existem inúmeros modelos de socialização que podem representar opções válidas e realistas para determinados momentos de uma evolução histórica.*

Essa distinção, sempre esquecida, entre socialismo e socialização é fundamental. É indiscutível que o mundo entrou num processo irreversível de ampla distribuição de bens e serviços — não as minorias privilegiadas, mas a grande massa de consumidores — pela expansão do mercado, a demolição de monopólios, a difusão da educação e da técnica. “A socialização”, lembrava Ávila, “não é um fenômeno exclusivo dos países ditos socialistas.” Ao contrário, era neles que se assinalavam pasmosas deficiências e desigualdades — e o brutal sacrifício de vidas humanas para o esforço desenvolvimentista sem mencionar a violação constante dos direitos fundamentais.

A proposta solidarista foi assim resumida por seu autor:

*O solidarismo brasileiro apresenta-se como uma doutrina, um sistema e uma ideologia. Como doutrina é um esforço*

*de sistematização das implicações sociais da mensagem bíblico-cristã, centrada em torno da categoria da pessoa humana que lhe oferece o critério supremo de suas opções e de sua estrutura... Como sistema é dominado pela categoria da comunidade, como forma de associação da qual os homens participam como seres racionais e livres... Como ideologia ele é dominado pela categoria da solidariedade real em que vivem hoje os homens, os grupos e as nações. (81)*

Esses ideais parecem tragados na voragem dos tempos.

Os marxistas continuam presentes na Universidade, senão em suas idéias pelo menos no jargão das teses. Ontem eram Marx, Trotsky, Lenin, depois Gramsci, hoje os franceses e assimilados — Bourdieu, Morin, Moscovici, Poulantzas, Castoriades, Maffesoli. O choque entre burguesia e proletariado, o materialismo dialético, cederam lugar a outros modismos — o capitalismo periférico, as classes dominantes, o poder hegemônico. Por trás de tudo a visão conspiratória, a teoria da dependência e a alienação. Sai a luta de classes entra o imaginário, a construção simbólica, a representação social.

Em tese recente, apresentada em Faculdade nordestina, analisa-se a seca como “concepção hidráulica-constitucional”. O flagelo famoso é definido como “ato de imposição simbólica... operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da violência simbólica legítima.” Afirma-se que a seca não é (sic) um fenômeno natural, mas um processo social — a criação das classes dominantes. Essas classes, onipresentes e onipotentes — portanto, invencíveis — engendram interesses históricos e sentidos mágico-religiosos no comportamento do sertanejo. Desses sentidos, o mais importante é “o mito Deus”. O comportamento religioso do sertanejo é, aliás, governado por “deuses”. Estamos em pleno paganismo greco-romano. Por aí vai.

Nesse punhado de monografias, todas aprovadas pelas respectivas bancas examinadoras, dominam os novos conceitos do “imaginário sociológico”— a alienação, a hegemonia, o símbolo. A idealização desses conceitos torna, às vezes, difícil compreender a relação, se é que existe, entre os pressupostos teóricos e o material empírico, desnecessário e laboriosamente colhido no campo, em entrevistas e documentos.

Qualquer estudo sobre classes operárias traz no bojo conceitos arqui-sovados: exclusão, dependência, exploração, opressão. Todos esses processos, aliás, são comandados pelos países capitalistas avançados frente aos quais não passamos de títeres submissos. As empresas estrangeiras manipulam tranqüilamente nossa economia. O nacionalismo inexistente — como sentimento ou reação. As empresas estatais, quando aparecem são semelhantes à empresa privada. Nada as distingue.

Tudo mergulha em radical pessimismo. Em certa monografia sobre meninos de rua, a ideologia dominante leva crianças e jovens à alienação — beco sem saída. A tecnologia, em outro estudo, mascara a coerção no trabalho. Em vão se tenta ajustar conceitos altamente abstratos como “alienação”, “consciência de classe”, transformados em moeda corrente do cotidiano, a variáveis de pesquisa empírica.

Nesse Marxismo deliquêscente, fim de século, distingue-se com maior clareza os erros da doutrina e suas falhas metodológicas. Contribuem com obscuridade, véu espesso entre as mentes do alunado e a realidade, tudo servido em má linguagem, bebido em salas de aula e nas traduções de fundo de quintal. Exemplo: “A religião é resultante da alienação da essência do homem feita por si mesmo.” Desde que o mestrandando defende teses politicamente corretas, nada mais tem importância. É aprovado e vai por aí difundir a peste.

A linguagem desses aprendizes de Marxismo que se presumem por igual nacionalistas, mereceria a análise de um filólogo interessado no jargão acadêmico e suas deturpações. Muitas expressões são “coladas” do inglês, sem nenhum esforço de conversão ou adaptação à nobre língua pátria. O *deus ex machina* da Comunicação, a Razão comunicante de Habermas deixou-os, nesse ponto, desassistidos.

Nesse Marxismo de pacotilha, não se sabe o que mais admirar, se a grosseria dos conceitos ou o tosco da expressão. Numa tese sobre moderno escritor nordestino, o artista é considerado produtor que desnuda (sic) o campo literário. A autora da tese, passando bruscamente a níveis menos literários, pergunta se o escritor em questão era machista ou se seria um intelectual eletrizante. Deixa o dilema sem solução e o leitor perplexo.

Outros autores consideram a TV Globo “classe hegemônica” e a Igreja Católica máquina de Poder que ora abraça, ora abandona os pobres em fluxos e refluxos (sic) mera “sociedade civil, transnacional”

que elabora estratégias, ora insuflando libertações, ora retraindo-se “em ações ritualistas ao lado das classes médias urbanas.” Vasta multinacional, sua ação limita-se a choque de facções que ora se curvam ao Estado totalitário, ora o combatem. A tese foi aprovada.

Muitos não distinguem entre pesquisa científica e militância política. Usam a frase feita de melhor aplicação no comício ou na passeata, como se conceitos fossem de boa ciência. A isto chegamos. Até quando?

Se, ao fim desta análise, tivermos de dar um balanço nos efeitos causados por esse Marxismo ideológico e grupal, as perdas serão maiores que os ganhos. Tornaram-se evidentes ao longo destas páginas, mas não faz mal que as sublinhemos.

O dogmatismo ideológico, pior que o doutrinário, armou-se de fanatismo e subciências de vária natureza, afastando a dúvida e o debate, de regra em qualquer universidade.

A subversão das hierarquias universitárias nivelou por baixo a relação de valores e a produção intelectual. O “politicamente correto” substituiu a conclusão verificada e comprovada. O conteúdo ideológico e demagógico destruiu a qualidade do ensino. As eleições universitárias são viciadas pelo rolo compressor do número e pela pressão grupal. Os opositores foram enfrentados não pelo argumento, mas pelo patrulhamento e a escala de valores corrompida pelo adesismo fácil.

Tudo isso representa a própria degradação da idéia de Universidade. Esse eclipse ainda perdura e não podemos dizer, ao fechar este trabalho, que, de reforma em reforma, possamos vislumbrar a esperança de uma nova utopia.

## Notas

1. BUESCU, Mircea. “O fascínio do discurso comunista” in CNC, *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 498, , set. 1996.
2. MANNHEIM, Karl. *Ideology and Utopia* (1936), London, 1960. “There is scarcely a single intelectual position, and Marxism furnishes no exception to this rule, which has not changed through history and wich even in the present does not appear in many forms. Marxism, too, has taken on many diverse appearances.” (p.65). O que, até hoje, não é reconhecido. v.g. Miriam Limoeiro Cardoso,

*Ideologia do Desenvolvimento. Brasil: JK-JQ*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. A A., aliás, ignorou Mannheim em sua vasta bibliografia.

3. “Não é de espantar que o estudante brasileiro de tempo parcial responda a estímulos ideológicos e se junte aos movimentos de protesto, passeatas e até à guerrilha urbana. Atribui as desigualdades sociais... à classe média de onde provém, mas cujos valores, rejeita... Sua origem e a educação que recebe o condicionam à mentalidade elitista típica de uma sociedade estratificada.” José Arthur Rios, *The University student and Brazilian society*, Michigan State University, 1971, p. 33. Ver lista dos teóricos da “Educação Revolucionária” in Ernane Galvêas, “A Educação no Brasil, abril, 1933 (incluído no livro de mesmo nome, CNC, Rio de Janeiro, 1955, pp. 103-04).
4. HARDING, Timothy F. *The University, Politics, and Development in Contemporary Latin America*, Riverside: University of California, 1968, pp. 5,11. Research Seminar Series, n.º 3.
5. SMITH, T. Lynn. *Brazil, People and Institutions*, Baton Rouge, Louisiana University Press (1946), 1972, p. 461.
6. Típico exemplo dessa tendência é a *Preparação à Sociologia*, de Alceu Amoroso Lima, 1931, e a obra de autores menores, de timbre conservador, como a de Amaral Fontoura, lido nas Escolas de Serviço Social, de caráter confessional que, nos anos 40 e 50, se multiplicaram em todo o país.
7. Dados em Djacir Menezes, *Idéias contra ideologias*, Rio de Janeiro. UFRJ, 1971, p. 51. IBGE, *Brasil. Séries Estatísticas. Retrospectiva, 1977 e Anuário Estatístico do Brasil, 1995*. Hoje, contamos com 156 milhões de pessoas e a população matriculada em Universidades subiu para 1 milhão, ou seja, cresceu 4.472% sobre 1940.
8. MENEZES, Djacir. Op. cit., p. 54. Para um confronto com situações e problemas mais recentes, ver, FREYRE, Fernando de Mello. *Breves considerações sobre alguns problemas nas Universidades brasileiras*, Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1981, p. 18.
9. CHACON, Vamireh. *Histórias das Idéias Sociológicas no Brasil*, São Paulo: Editora USP/Grijalbo, 1977, p.85.
10. Esses conceitos, Tobias os hauriu diretamente da 3ª edição de *O Capital*, de 1883, que cita escrupulosamente. Mas, desde 1879, já

- vinha falando em luta de classes. Vamireh Chacon, *História das Idéias Socialistas no Brasil*, Rio de Janeiro, 1965, pp. 265-66. “É impossível dizermos exatamente quando o nome do autor de *O Capital* foi pronunciado (sic) pela primeira vez em letra de forma... É muito provável que sempre continuem a pairar algumas dúvidas sobre o começo dessa história.” Leandro Konder, *A Derrota da Dialética*, Rio de Janeiro: Campus, 1988, p. 67. Konder sugere que foi na década de 1870, como eco dos acontecimentos da Comuna francesa (1871), em citação de Lucio de Mendonça, na Câmara dos Deputados (p.68). De ciência certa, no entanto, parece que a primeira referência é a de Tobias Barreto, ainda que Evaristo de Moraes F.º, *Medo à Utopia*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 91, ache que o pensador de Escada não teria lido Marx.
11. CHACON. *História das Idéias Sociológicas*, p. 82, n. 2. Sobre Hermes Lima, ver sua biografia intelectual, em Sergio Miceli, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, São Paulo, 1979, pp. 41 e sgs. E suas memórias, dele Hermes, *Travessia*, Rio de Janeiro, 1974, onde se descreve, do ponto de vista do A., o momentoso concurso à cátedra da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Embora obscura a caracterização de “bacharel livre” dada por Miceli a Hermes Lima, assim como o rótulo de “anatolianos” a outros intelectuais, é importante sua indicação do conflito ideológico subjacente aos concursos. “As disputas entre os defensores das doutrinas materialistas e os porta-vozes dos princípios espiritualistas permearam as lutas em torno das posições docentes mas também se estenderam às organizações estudantis, de um lado a Liga dos Estudantes Ateus, a Federação dos estudantes Vermelhos, e de outro, o pessoal católico (sic) do CAJU (Centro Acadêmico Jurídico Utilitário). Na verdade, o que estava em jogo era o controle ideológico e da gestão da Faculdade de Direito que continuava sendo uma das principais instâncias de recrutamento e formação dos futuros quadros políticos e intelectuais da classe dirigente.” (Miceli, p. 48) Isso se passava em 1933.
12. BANDEIRA, Moniz et al. *O Ano Vermelho*, Rio de Janeiro, 1969, p. 193 e Konder, op. cit., p. 122. Por esse tempo, lia-se Marx, Engels e outros autores socialistas, sempre em tradução francesa — o que levou Wilson Martins a dizer que o socialismo pode ser tido como outras das “nossas idéias francesas”, *História da*

- Inteligência no Brasil V*, Rio de Janeiro, 1978, p. 178. O Socialismo teria próspera fortuna, entre nós, e, especificamente, o Marxismo. Em 1907, ninguém menos que Pedro Lessa escrevia — “Seu triunfo é infalível, necessário.” Martins, op. cit., p. 339.
13. FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, v. II, p. 629.
  14. Euclides da Cunha é o primeiro intelectual brasileiro importante a ter tido uma idéia global de Marx. Isso não quer dizer, evidentemente, que ele se tenha tornado marxista (Konder, p. 95). Sobre o conflitivo diálogo entre Marxismo e Anarquismo, no começo do século, muito a propósito, as considerações de Konder.
  15. Ao contrário do pai — marxista de primeira hora e comunista militante de quatro costados — o poeta Martins Fontes, parnasiano de Santos, era anarquista (Konder, pp. 110-11). Sobre esse diálogo-duelo, entre anarquismo e comunismo, ver o minucioso, exaustivo John W. F. Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977, pp. 159-87.
  16. Norberto Bobbio descreveu, na Itália do fim do século XIX, a mesma relação ambígua entre Positivismo e Marxismo, “... Estiveram sempre em desacordo sobre o modo de compreender a ‘Verdadeira’ ciência, e, rivais como foram muitas vezes no mesmo terreno, trocaram-se acusações por não se terem liberado da metafísica e de serem, apesar de tudo, não científicos. Para ser científico, Marx teria de libertar-se da herança hegeliana, os positivistas da comtiana. Foram, todavia, ambas, filosofias leigas, mundanas, nascidas da grande revolução do século que foi a revolução industrial, da qual o Positivismo foi a interpretação confiante e benévola, o Marxismo, a catastrófica.” *Perfil Ideológico del 900*, Milão, pp. 22-23. *Mutatis mutandis* e ressalvada a falha de usar a expressão generalizante — “Marxismo” sem explicitá-la — essa relação de amor e ódio reflete-se entre nós.
  17. “Entre os sete delegados que fundaram o Partido havia um, Cristiano Coutinho Cordeiro, professor e advogado. Não pude saber se era docente do ensino superior. Os demais eram trabalhadores ou artífices de pequeno ofício (Konder, p. 138) Konder considera a tradução do *Manifesto* por Otávio Brandão, um marco na divulgação das idéias de Marx no Brasil. No entanto,

mesmo entre os comunistas, ainda os mais lidos era generalizada a ignorância. “Os comunistas brasileiros, em geral, admitiam que conheciam muito mal os textos “clássicos” do comunismo. (Konder, pp. 142-43). Quando Abilio de Nequete, que fundara em 1913, em Porto Alegre, a primeira associação bolshevista do país, a União Maximalista — perguntava a seus companheiros se tinham lido Lenin, recebia respostas negativas e causava má impressão. Acabou saindo do Partido e elaborando a teoria de que a revolução não seria feita pela classe operária e sim pelos técnicos (Ap. Dulles, op. cit., p. 149) Nisso, precursor do ISEB. Os jornais proletários, aliás, eram lidos nas reuniões em voz alta, porque a maioria dos operários era analfabeta (Brandão, ap. Dulles, p. 41, n. 36)

18. Por via de Comte e Spencer, o Positivismo e o cientificismo “contaminam” de “direitismo”, em alguns autores, a pureza da ideologia marxista. É o caso, acusa Konder, de Otávio Brandão e dos professores Leônidas Rezende e Castro Rebello (Konder, op. cit., pp.147, 152-55, 180). Leônidas Rezende escrevia artigos em *A Nação*, sobre Marx e Comte, que Brandão considerava “tijolos” e via como uma “salada”. Filiou-se ao Partido em 1927. Otávio Brandão, procedente do anarquismo, converteu-se ao marxismo lendo livros fornecidos por Astrojildo Pereira. Em 15 de outubro de 1922, ingressava no comunismo. Até essa época eram escassos os estudantes no movimento. O alvo era o operariado, seus sindicatos e federações. Brandão, inspirado em Lenin, lido em francês, redige, em 1924, a primeira tentativa no Brasil de análise marxista — *Agrarismo e Industrialismo*, Buenos Aires, 1926 (Dulles, ib. p. 151)
19. PAIM, Antonio. ap. Konder, op. cit., pp. 181-82. O primeiro estudante marxista de que se tem notícia na atividade partidária foi Rodolfo Coutinho, pernambucano que ajudara a formar o Círculo de Estudos Marxista no Recife e foi suplente na primeira Comissão Central Executiva (CCE) do Partido, reunido em 1922. Em 1924, viajou para Moscou com Astrojildo Pereira a fim de obter o reconhecimento do PCB pela Internacional comunista. Lá ficou até 1927, dividindo quarto com um oriental (Moniz Bandeira e outros, op. cit., p. 296). Foi depois professor no Colégio Pedro II. Exercia grande influência na Juventude Comunista. Era



- simpatizante trotskista, o que o levou a demitir-se do Partido quando viu o crescimento do stalinismo e da ala prestista. Astrojildo examinando mais tarde esses debates, concluiu que resultavam de uma insuficiência teórica. E constatou, como Machado de Assis, que “a confusão era geral” (Dulles, p. 287)
20. O trecho é luminoso. Mas por que restringir ao stalinismo um vezo que é do Marxismo em todas as suas modalidades e espécies? Por aí se explica a volta do Positivismo no processo de decomposição do Marxismo. Não podia ser outro o desfecho na rota desse Marxismo pragmático quando buscava o Poder pelo Poder. Atribuir esse pendor ao “mecanismo de mercado”, etc., como fez Leandro Konder (p. 201) é extrapolar do nível da economia para o da ideologia. A citação de Marx que compara a redução do valor de uso ao valor de troca à divindade de Cristo — e que, Konder, parece encampar — essa comparação, então, é delirante. (Konder, pp. 182 e sgs.)
21. “No ensino superior, o nome de Marx, só muito raramente era mencionado; e, quando isso ocorria, em geral, estava sendo dita alguma tolice sobre ele”(Konder, p. 113) Sobre o ecletismo, forma de disponibilidade intelectual e seu peso ideológico, ver Konder, pp. 106, 149 e sgs.
22. WAGLEY, Charles. “A Universidade Latino-Americana” *Diálogo*, v. VI, n.III, 1973. Nos anos 70, esse antropólogo e brasilianista atribuía a resistência à mudança, à própria estrutura interna das Universidades e ao professor, raro de tempo integral, mais raramente ensinando numa única Faculdade, ainda mais raramente tendo o ensino como único emprego (pp. 50-51).
23. Sobre tudo isso, Dulles, op. cit., pp. 268-70.
24. *Ib.* pp. 295-97.
25. P. 356.
26. LACERDA, Carlos *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1977, pp. 35-36.
27. SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 208. Ver ALMEIDA, Maria Herminia Tavares de “Dilemas da Institucionalização das Ciências Sociais no Rio de Janeiro” in: MICELI, Sergio. *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo: IDESP, 1989, v. I, pp. 188 e sgs.
28. Ap. Schwartzman, *ib.*, p. 218, n. 27.

29. Usamos o conceito de ideologia de Karl Mannheim e Emilio Willems, o primeiro incluindo no conceito a nota de “estrutura mental distorcida” e o segundo definindo como “idéia ou sistema de idéias destinado a encobrir uma realidade social cujo conhecimento exato poderia acarretar prejuízos materiais ou morais a determinado grupo ou classe dominante.” Ap. Luiz Aguiar da Costa Pinto, “Sociologia e Mudança Social”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. I, n. I., p.15, novembro, 1961, e Fundação Getúlio Vargas/UNESCO
30. PÉCAULT, Daniel , *Entre le Peuple et la Nation*, Paris: Maison des Sciences de l’Homme, 1989, p. 97.
31. PÉCAULT, op. cit., pp. 100 e sgs. O cientista político francês mostra que o ISEB repôs a ideologia no centro dos debates; alguém o chamou “fábrica de ideologias”. Na mesma linha, Miriam Limoeiro Cardoso, op. cit., passim.
32. GOMES, Alair. “A Universidade do Professor Vieira Pinto.” *Cadernos Brasileiros*, Rio de Janeiro, ano IV, n.3, jul/set, 1962. A crítica de Gomes é, linha a linha, devastadora. Acentua que no livro de Vieira Pinto, nem Marx nem o Marxismo aparecem um única vez. Gomes não se limita à crítica. Aponta rumos concretos ao movimento estudantil. Parece que nunca foi ouvido, sequer chamado ao debate, o que era impossível no clima de terrorismo implantado por Vieira Pinto na Faculdade de Filosofia. No dossiê do Marxismo universitário esse ensaio é peça acusatória das mais importantes.
33. PÉCAULT, op. cit., p. 124.
34. PÉCAULT, p. 145.
35. HARDING, op. cit., p. 13.
36. Ver PAIVA, Vanilda Pereira, ap. PÉCAULT, op. cit., p. 157. Sobre o método Paulo Freire, ver Emanuel De Kadt, *Catholic Radical in Brazil*, Oxford, 1970, pp. 102-03. A afirmação de que a incitação à revolta nunca foi o objetivo direto de Freire, mas sim a democratização tem que ser lida sob caução. Pelo menos prestou-se a que seu método fosse usado como instrumento revolucionário, nos centros de cultura popular - o que De Kadt, aliás, reconhece (p.105).
37. Ver fina análise de De Kadt, op. cit., pp. 87 e sgs.
38. Era essa a orientação dos mentores da agitação estudantil no

- Primeiro Mundo. “A primeira preocupação do movimento revolucionário estudantil deve ser a confrontação direta com a autoridade, quer na Faculdade, quer nas barricadas.” Robin Blackburn, “A brief guide to bourgeois ideology” in *Student Power*, London, 1969, p. 163. O livro é um verdadeiro manual da revolta estudantil dos anos 60/70.
39. POERNER, Arthur José, *O Poder Jovem*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 215.
  40. POERNER, p. 195.
  41. LIPSET, Seymour Martin, “University Students and Politics in Underdeveloped Countries”. *Minerva*, v. III, n.1, 1964, pp. 38-39.
  42. FORACCHI, Marialice M. , *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo, 1965, pp. 220-22.
  43. FORACCHI, op. cit., pp. 225, 228.
  44. Caderno de Resoluções do Conselho da UNE, ap. FORACCHI, op. cit., p. 227, n. 112.
  45. Documento da JUC in De Kadt, op. cit., p. 39.
  46. ALMEIDA, Cândido Mendes de. *Memento dos Vivos*, ap. Poerner, op. cit., pp. 198-209.
  47. SEGANFREDDO, Sonia , *UNE Instrumento de Subversão*, Rio de Janeiro: Edições GRD, 1963, p. 73.
  48. POERNER, op. cit., pp. 223, 226.
  49. FORACCHI, op. cit., p. 235.
  50. SARTRE, “Materialisme et Révolution”, ap. Foracchi, ib., p. 292, n. 175.
  51. FORACCHI, “Frustrações dos jovens e orientação do protesto estudantil” in Florestan Fernandes, *Comunidade e Sociedade no Brasil*, São Paulo: Editora Nacional/EDUSP, 1972, p. 559.
  52. Ibid, p. 560.
  53. MANNHEIM, op. cit., pp. 67 e segs., 201.
  54. Levi-Strauss, *Tristes Trópicos* (1955) (tradução), São Paulo, 1993, pp. 15 e sgs.
  55. Ib., pp. 93-95. Ver sobre a Faculdade de Filosofia e a Escola de Sociologia e Política, Fernando Limongi, “Mentores e Clientelas da USP”. In: MICELI, Sergio. *História das Ciências Sociais no Brasil*, São Paulo: IDESP, 1989, v. I, pp. 111 e sgs, 217 e sgs.
  56. ARANTES, Paulo Eduardo. *Um Departamento Francês de Ultramar*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1944, pp. 15-16, 23;

- Arantes considera essa influência “encontro tão insólito quanto providencial” (p. 63).
57. Arantes, op. cit., pp. 25, 28, 43.
  58. “Os principais líderes estudantis, os professores que tinham produzido no Brasil um pensamento socialista, marxista, de esquerda, tinham vindo da Filosofia da USP. “Depoimento de José Dirceu a Zuenir Ventura in *1968 O ano que não terminou*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988, p. 223.
  59. Por sua vez, o autor da enciclopédia *Cultura brasileira*, desconhece, em seu *opus*, a Escola Livre de Sociologia e a obra de Donald Pierson.
  60. FERNANDES, Florestan. *A Sociologia no Brasil*, Petrópolis: Vozes, 1976, p. 196.
  61. FLORESTAN, op. cit., pp. 202, 207.
  62. VENTURA, Zuenir, op. cit., pp. 51, 60.
  63. VENTURA, pp. 126-27. Ver a crítica a Marcuse do Padre Fernando Bastos Ávila in *CNC, Carta Mensal*, ano XV, n.º 173, Rio de Janeiro: agosto, 1969.
  64. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 19.04.1979.
  65. CHACON, *História das Idéias Socialistas no Brasil*, p. 329.
  66. CHACON, pp. 337, 343.
  67. A expressão é de Ignacio Rangel que, em 1963, denunciava a “maior tara” dos socialistas brasileiros: regredir para as reformas mais desenfreadas de utopismo. O próprio Marx apontava para a necessidade de desenvolvimento de todas as forças produtivas no seio da sociedade e a urgência de uma teoria revolucionária antes da prática revolucionária (Chacon, pp. 344-45).
  68. Ap; CHACON, *História das idéias Sociológicas*, pp. 99-100.
  69. VILA NOVA, Sebastião. “A identidade do sociólogo no Brasil, a contribuição de Donald Pierson”. *Ciência & Trópico*, Recife, v. 9, n. 1, pp. 117-27, jan./jun., 1991. Quando a Escola completava 25 anos, Alfonso Trujillo Ferrari, listou-as, em *Pesquisas e Publicações nas Ciências Sociais, sob a influência da Escola de Sociologia e Política (1933-58)*, São Paulo, 1958, passim. Ver Chacon, op. cit., p. 101.
  70. SCHWARTZMAN, Simon et al. *Tempos de Capanema*, São Paulo: 1984, pp. 210 e sgs. “A Faculdade vai ficar sob a direção do Sr. Alceu Amoroso Lima, católico, amigo de Jacques Maritain. Daí

- não encontrar eu boa acolhida para nomes que sejam conhecidos por suas tendências opostas à Igreja ou dela divergentes.” (Carta de Gustavo Capanema a Georges Dumas, em 17.06.1939) (p. 216).
71. VILA NOVA, *Sociologias e Pós-Sociologias em Gilberto Freyre*, Recife: Editora Massangana, 1995, pp. 31 e sgs.
  72. Ap. CHACON, *História das Idéias Socialistas*, pp. 379-80, 405.
  73. N. BIRNBAUM, *Toward a Critical Sociology*, Oxford, 1971, pp. 181-82.
  74. BIRBAUM, op. cit., pp. 196-97.
  75. CHILCOTE, Ronald H. e Edward B. CHILCOTE, “A crise do Marxismo: Uma apreciação de Novos Rumos” (tradução). *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. XXII, n.1,2, 1991, p. 10, 1991.
  76. CHILCOTE, *ibid.*
  77. LABENZ, Leopold, Introdução In: *Revisionism*, London: Allen and Unwin, 1963, pp. 17-22.
  78. CHILCOTE, op. cit., 24, 30.
  79. CHILDS, Marquis W. *Sweden, The Middle Way*, Yale: 1936, *passim*.
  80. LEBRET, L-J. *O Drama do Século* (tradução), São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1962, p. 101.
  81. ÁVILA, Fernando Bastos S.J., “Socialismo e consciência cristã”. *Síntese*, Rio de Janeiro: ano VI, n.22, p. 61, abr./jun., 1964, Do mesmo autor, *Pequena Enciclopédia da Doutrina Social da Igreja*, São Paulo: Edições Loyola, 1991, pp. 412-13.

